

Caixa 4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Pernambuco

DISTRIBUIÇÃO

Adaptação do ensino primário
e normal às Leis Orgânicas Federais
- Decreto-Lei 16.95, de 4-6-1947; Lei
Orgânica do Ensino Primário do Estado de Pernambuco

Relatório do D.O. 7-6
e 11 f. datilografadas

O Sr. Diretor, proferiu os seguintes despachos:

No dia 31-5-1947:

Petição n. 9681 — Antonio Luiz da Silva — Ao Departamento de Saúde Publica.

Petição n. 9682 — João Belo da Silva — A' Delegacia de O.P.E. e Social.

Petição n. 9678 — João Laurindo Cardoso — A' Delegacia de O.P.E. e Social.

Petição n. 9675 — Ismael Rodrigues de Lima — A' Delegacia de Transito.

Petição n. 5030 — Hipolito Augusto de Paiva — A' Delegacia de O.P.E. e Social.

Petição n. 9530 — Luiz de Andrade Galvão — A' Delegacia de O.P.E. e Social.

Petição n. 9529 — Albertino Luiz Ferreira — Ao Serviço de Censura.

Petição n. 9528 — Benjamin Olimpio Cavalcanti — Ao Departamento de Saúde Publica.

Petição n. 9527 — Casemiro Pereira Guerra — Ao Departamento de Saúde Publica.

Petição n. 9526 — José Rodrigues de Lima — Ao Inspetor Chefe da Guarda Civil.

Petição n. 9522 — Amauri Leão Brasil — A' Delegacia de Transito.

Petição n. 9521 — Gustavo Adolphe Martin — Ao encarregado.

Petição n. 9520 — José Luiz dos Santos Wanderley — Ao Inspetor Chefe da G. Civil.

Em 3-6-1947:

Petição n. 4496 — Processado de naturalização de Nuta Rozen-tal — A' 1.ª Secção.

Petição n. 8078 — Artur Azevedo Costa Filho — Como pede.

Petição n. 8580 — Hildeberto Cassimiro da Silva Sobral — A' Secção do pessoal para controle e depois ao Chefe da Guarda Civil.

Petição n. 9124 — Antonio Gregorio Sarmiento — Indeferido, em vista da informação.

Petição n. 8275 — Manuel Gonçalves Agra — A' Secção de Contabilidade.

Petição n. 9712 — Agenor Tavares de Melo — Ao Serviço de Censura.

Petição n. 9680 — Pedro Francisco Gomes — Ao Sr. Dr. Delegado de Olinda para informar.

Petição n. 9681 — Antonio Luiz da Silva — Ao Departamento de Saúde Publica.

Petição n. 9711 — Renato Pires Ferreira — A' Delegacia de O.P.E. e Social.

Petição n. 9715 — João Virgilio do Nascimento — A' Delegacia de Investigações e Capturas.

Petição n. 9735 — Edward Hans Ford Crond — Ao encarregado.

Petição n. 9736 — Pery José Pereira do Rêgo — Ao Serviço de Censura.

Petição n. 9137 — Natanaci Monteiro do Nascimento — A' Delegacia de Investigações e Cap.

Petição n. 9738 — Homero Pessoa de Souza — A' Delegacia de O.P.E. e Social.

Petição n. 9740 — João Levisno dos Santos — A' Delegacia de O.P.E. e Social.

Petição n. 9741 — José Sile-nio de Macêdo — A' Delegacia de O.P.E. e Social.

Petição n. 9789 — Mariano Maximino da Silva — A' Delegacia de Transito.

Petição n. 9790 — José Imaculada da Silva — Ao Serviço de Censura.

Petição n. 9791 — Jonas Batista Bastos — Ao Departamento de Saúde Publica.

Petição n. 9793 — Ura Hallmark Crnonh — Ao encarregado.

Petição n. 9794 — Aderbal Monteiro Lins — Ao Departamento de Saúde Publica.

Petição n. 9795 — Raul Batista — A' Delegacia de Vigilancia Geral e Costumes.

CONVITE

SERVIÇO DE NATURALIZAÇÃO
Ficam convidados a comparecer a esta Secção, a-fim-de satisfazerem exigências quanto aos seus processados de naturalização os Srs. Padre Luiz Gonzaga Kehrl natural da Alemanha e João Romão dos Santos, natural de Portugal — 1.ª Secção da Diretoria do Expediente da Secretaria da Segurança Publica — Recife, 30 de maio de 1947.

Delegacia de Vigilancia Geral e Costumes

PORTARIAS

O Sr. Delegado de Vigilancia Geral e Costumes, baixou as seguintes portarias:

Em 31 de maio de 1947:

PORTARIA N. 22 — O Delegado de Vigilancia Geral e Costumes, no uso de suas atribuições e por conveniencia do serviço, resolve determinar que os investigadores ns. 292 e 228, respectivamente João Faustino da Silva e Estevam do Nascimento, passem a servir na Secção de Costumes desta Delegacia.

Em 4-6-1947:

PORTARIA N. 27 — No uso de suas atribuições e de ordem do Exmo. Sr. Capitão Secretário da Segurança Publica, resolve determinar que o Investigador de Policia padrão "D" Vulpiano Tancredo Rodrigues Machado, passe a servir nos municipios de: Al-tinho, Madre-de-Deus, Pedra, Pesqueira, São Bento, Belo Jardim, São Caetano e Caruarú; com sede neste ultimo, no serviço de repressão á jogos diretamente subordinado á esta Delegacia.

PORTARIA N. 28 — No uso de suas atribuições e de ordem do Exmo. Sr. Capitão Secretário da Segurança Publica, resolve determinar que o Investigador de Policia padrão "C" José de Albuquerque Maranhão, passe a servir nos municipios de: Bebedouro, Agrestina, Bonito, Camaratuba, Clória-do-Goiatá, Vitória de Santo Antão, Gravata e Bezerros; com sede neste ultimo, no serviço de repressão á jogos diretamente subordinado á esta Delegacia.

PORTARIA N. 29 — No uso de suas atribuições e de ordem do Exmo. Sr. Capitão Secretário da Segurança Publica, resolve determinar que o Investigador de Policia padrão "C" José Parente Viana, passe a servir nos municipios de: Nazaré, Macaparana, Aliança, Timbaúba, Também, Igarassu, Paulista e Goiana; com sede neste ultimo, no serviço de repressão á jogos diretamente subordinado á esta Delegacia.

Delegacia de Trânsito

Por infração ao Regulamento do Trafego estão sendo chamados a

comparecer a esta Delegacia, no prazo de 72 horas, os condutores dos veiculos abaixo:

Dias 30 e 31/5 e 1/6/1947:

Avanço ao sinal — 9218 — 1302 of. — 1656 — 3186 — 2437 — 10617 — 2860 — 2891 — 9227 — 3790 — 9204 — 4717 — 1872 — 9226 — 9415 — 9202 — 1395.

Desobediencia ao sinal de parada — 4607 — 4223 — 3527 — 9222 — 2872 — 6155.

Desobediencia ás ordens da fiscalização — 3580 — 9240.

Excesso de velocidade — 9097 — 848 — 8535 — 11273SPE — 6972

— 1863 — 3372 — 9231 — 7852 — 4297.

Estacionar em local proibido — 240 — 1642 — 5003 — 10675 — 3528.

Falta de matricula — 1008 — 1630 — 7210 — 6659.

Falta de quitação com o Instituto — 1872 — 5935.

Falta de precaução — 9240 — 4223 — 2733 — 1019 — 10762 — 108 — Bonde 128.

Falta de luz — 9215 — 9245

— 3003 — 9216 — 2872 — 8113 — 9231 — 3262 — 3011 — 245. Falta de freios — 4942 — 9226.

Falta de habilitação — 9338. Curva pela contra mão — 1617 — 2292 — 2406 — 9600 — 93.

Contra mão por edital — 132 — 7949.

Cortar veiculo no cruzamento — 5351 — 8536 — 401 — 10718.

Falta de selo na placa — 4492. Interromper o trafego — 9240.

Ressalva vencida — 5836 — 4223 — 7145.

Parar na curva — 8378. Traiegar com chapa velha — 4223.

Falta de equipamento — 4223. Desrespeito á autoridade — 4223.

Recusar mostrar documentos — 6972.

Meio fio e bonde parado — 8991 — 9206 — 1528.

Não diminuir a marcha no cruzamento — 10621.

Forçar passagem entre dois veiculos — 2764.

LEI ORGÂNICA DO ENSINO PRIMÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TITULO I

Das bases da organização do ensino primário

CAPITULO I

Das finalidades do ensino primário

ART. 1.º — O ensino primário no Estado de Pernambuco terá as seguintes finalidades:

a) — oferecer ás crianças de sete a doze anos as possibilidades de desenvolvimento integral da personalidade;

b) — possibilitar-lhes os meios de adaptação ao ambiente social e fisico.

ART. 2.º — Dentro dessas finalidades, a escola primária é a oficina a que compete:

a) — aproveitar em cada oportunidade tudo quanto, em relação ás necessidades correntes, possa guiar a inteligência e a vocação;

b) — ministrar uma educação de ação construtiva pelos métodos funcionais;

c) — proporcionar a todos o conhecimento da vida nacional, despertando, assim, a consciência dos deveres civicos de cada futuro cidadão;

d) — habilitá-los ao exercicio das virtudes morais e sociais dentro dos principios de solidariedade humana e das tradições cristãs da nacionalidade.

CAPITULO II

Das categorias do ensino primário e de seus cursos

ART. 3.º — O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino:

a) — o ensino primário fundamental, destinado ás crianças de sete a doze anos, ministrados nos Grupos Escolares, escolas reunidas e escolas isoladas do Estado; ;

b) — o ensino primário supletivo, destinado a adolescentes e a adultos, ministrado em escolas supletivas, centros operários e escolas paróquiais (escolas noturnas).

ART. 4.º — O ensino primário fundamental será ministrado em dois cursos sucessivos: o elementar e o complementar.

ART. 5.º — O ensino primário supletivo compreenderá um curso: o supletivo para adolescentes e adultos de ambos os sexos, na Capital e no Interior do Estado.

CAPITULO III

Da ligação do ensino primário com as outras modalidades do ensino

ART. 6.º — O ensino primário manterá articulação com as outras modalidades do ensino:

1.º — o curso primário elementar se articulará com os cursos profissionais e com os de aprendizagem industrial e agricola;

2.º — o curso primário complementar, com o curso ginasial, industrial, agricola e curso normal regional;

3.º — o curso supletivo, com os cursos de aprendizagem agricola e industrial, e com o profissional;

4.º — os cursos de Jardim da Infância se articularão com o curso primário elementar.

ART. 7.º — A educação pré-escolar será ministrada nos

ardins da infância às crianças maiores de quatro anos e menores de sete.

ART. 8.º — Os jardins da infância funcionarão obrigatoriamente nas escolas de Aplicação anexas às Escolas Normais, e, sempre que possível, nos grupos escolares, de preferência nos situados nas zonas mais necessitadas.

TÍTULO II

Da Estrutura do Ensino Primário

CAPÍTULO I

Do Curso Primário Elementar

ART. 9.º — O Curso Primário Elementar, com quatro anos de estudos, constará das seguintes matérias e atividades:

- I) — Leitura e linguagem oral e escrita;
- II) — Iniciação à Matemática;
- III) — Geografia e história do Brasil;
- IV) — Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho;
- V) — Desenho e trabalhos manuais;
- VI) — Canto Orfeônico;
- VII) — Educação Física;
- VIII) — Atividades agrícolas.

CAPÍTULO II

Do curso primário complementar

ART. 10.º — No curso primário complementar, de um ano, serão ministradas as seguintes disciplinas e atividades:

- I) — Leitura e linguagem oral e escrita;
- II) — Aritmética e geometria;
- III) — Geografia e história do Brasil, noções de geografia geral dos continentes e história da América;
- IV) — Ciências naturais e higiene;
- V) — Conhecimentos das atividades econômicas de Pernambuco;
- VI) — Trabalhos manuais e práticas educativas de acordo com as atividades econômicas da região;
- VII) — Canto Orfeônico;
- VIII) — Educação Física;
- IX) — Desenho.

Parágrafo único — Aos alunos do sexo feminino serão ministrados, ainda, conhecimentos de economia doméstica e de puericultura.

CAPÍTULO III

Do Curso Primário Supletivo

ART. 11.º — No Curso Primário Supletivo, para adolescentes e adultos, com dois anos de estudo, serão ministradas as seguintes disciplinas e atividades:

- I) — Leitura e linguagem oral e escrita;
- II) — Aritmética e Geometria;
- III) — Geografia e história do Brasil;
- IV) — Ciências naturais e higiene;
- V) — Noções de direito usual (legislação do trabalho, obrigações da vida civil e militar);
- VI) — Desenho.

Parágrafo único — Aos alunos do sexo feminino serão ministrados, ainda, conhecimentos de economia doméstica e de puericultura.

ART. 12.º — Onde se tornarem necessárias, poderão funcionar, em caráter de emergência, classes de alfabetização, para adolescentes e adultos.

CAPÍTULO IV

Da orientação geral do Ensino Primário Fundamental

ART. 13.º — O Ensino Primário Fundamental deverá atender aos seguintes princípios:

- a) — por em prática os meios e ocupações capazes de despertar os interesses da criança;
- b) — atender às condições vitais do aluno e às suas possibilidades de existência dum determinado meio;
- c) — adaptar-lhe os processos de ensino ou educação;
- d) — despertar na criança o conceito e o valor da solidariedade humana e do trabalho em comum;
- e) — distribuir o trabalho escolar de modo que ele seja uma fonte de seleção individual, guiando a inteligência e a vocação;
- f) — despertar um sadio sentimento de nacionalidade pelo estudo das coisas brasileiras.

CAPÍTULO V

Da orientação do Ensino Primário Supletivo

ART. 14.º — O Ensino Primário Supletivo atenderá aos princípios estabelecidos no "Plano de Ensino Supletivo".

CAPÍTULO VI

Dos programas do ensino primário

ART. 15.º — O ensino primário obedecerá aos programas apresentados pelos órgãos técnicos do Ministério de Educação e Saúde, convenientemente adaptados às necessidades regionais.

ART. 16.º — Os estabelecimentos de ensino primário po-

derão ministrar o ensino religioso, contanto que esse ensino não implique em obrigatoriedade.

TÍTULO III

Da Vida Escolar

CAPÍTULO I

Do Ano Escolar

ART. 17.º — O ano escolar será de dez meses, dividido em dois períodos letivos, entre os quais se intercalarão trinta dias de férias. De um para outro ano escolar, haverá dois meses de férias.

ART. 18.º — O período de férias que dividirá o ano letivo irá de 20 de junho a vinte de julho e as férias de um para outro ano escolar corresponderão aos meses de dezembro e janeiro.

CAPÍTULO II

Da admissão aos cursos

ART. 19.º — Serão admitidas à matrícula na primeira série do curso elementar as crianças analfabetas de sete anos de idade. Poderão ser admitidas, também, as que completarem sete anos até 1 de junho do ano da matrícula, desde que apresentem a necessária maturidade para os estudos. Serão matriculadas, nas demais séries do mesmo curso, as crianças que tiverem obtido aprovação na série anterior e, ainda, aquelas que, mediante verificação de estudos já feitos, possam ser classificadas em tais séries.

ART. 20.º — Serão admitidas à matrícula, no curso complementar, as crianças que tiverem aprovação final no curso elementar.

ART. 21.º — Serão admitidos à matrícula nos cursos supletivos os maiores de treze anos que necessitem de seu ensino.

ART. 22.º — É admitida a transferência das matrículas de um para outro estabelecimento de ensino primário, em qualquer época do ano.

CAPÍTULO III

Da avaliação dos resultados do ensino

ART. 23.º — O aproveitamento dos alunos, verificado por meio de exercícios e exames, será avaliado em notas que se graduarão de zero a cem.

Parágrafo único — A verificação do aproveitamento escolar realizar-se-á mediante a aplicação de provas e medidas objetivas de rendimento.

ART. 24.º — Aos alunos que concluírem quaisquer dos cursos de ensino primário será expedido o correspondente certificado.

TÍTULO IV

Da administração e organização do Ensino Primário

CAPÍTULO I

Do Ensino Oficial e do Ensino Livre

ART. 25.º — O ensino primário é mantido pelos poderes públicos e é livre a iniciativa particular.

ART. 26.º — A direção suprema do ensino primário no Estado de Pernambuco cabe ao Governador, auxiliado pelo Secretário de Estado dos Negócios de Saúde e Educação e pelo Diretor do Departamento de Educação.

ART. 27.º — O ensino primário a cargo dos Municípios ficará sob a superintendência e fiscalização do Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde e Educação e do Departamento de Educação.

ART. 28.º — As pessoas naturais e pessoas jurídicas de direito privado que mantenham estabelecimento de ensino primário, serão consideradas no desempenho de função de caráter público.

CAPÍTULO II

Dos sistemas de ensino primário

ART. 29.º — Os estabelecimentos de ensino primário, públicos e particulares, registrados no Departamento de Educação, neste Estado, obedecerão a um só sistema escolar com a devida unidade de organização e direção.

ART. 30.º — Em tempo oportuno será expedida a organização do ensino primário no que se refere ao planejamento do ensino em cada ano, à organização do plano de construção e aparelhamento escolar, ao magistério primário em geral (corpo docente e administrativo), aos órgãos técnicos para direção, orientação e fiscalização do ensino primário, à organização dos serviços de assistência aos escolares, à organização das instituições complementares da escola.

CAPÍTULO III

Dos tipos de estabelecimentos de ensino primário

ART. 31.º — Os estabelecimentos de ensino primário, mantidos pelos poderes públicos, terão as seguintes designações:

- I) — Escola isolada (E. I.) — escola com uma só turma de alunos dirigidos por um só professor;
- II) — Escolas reunidas (E. R.) — escolas com duas a

quatro turmas de alunos e números correspondentes de professores;

III) — Grupo escolar (G. E.) — estabelecimento de ensino com 5 ou mais turmas de alunos e número igual ou superior de professores;

IV) — Escolas Supletivas (E. S.) — estabelecimento onde se ministre o Ensino Supletivo, qualquer que seja o número de alunos e de professores.

ART. 32.º — Nas escolas isoladas e escolas reunidas da Capital e do Interior do Estado, será ministrado somente o ensino elementar; nos grupos escolares poderão ser ministrados o curso elementar e o curso complementar, além do curso de jardim da infância; nas escolas supletivas será ministrado, apenas, o ensino supletivo.

ART. 33.º — Aos estabelecimentos de ensino primário fundamental, mantidos por particulares, serão dadas as seguintes designações, independentemente de número de seus alunos e professores:

I) — curso elementar — quando ministre, apenas, o curso elementar;

II) — curso primário — quando ministre o curso elementar e o curso complementar.

III) — curso supletivo — quando ministre o curso supletivo.

ART. 34.º — As escolas só poderão ministrar o ensino referente aos cursos indicados pela designação que recebem.

Se, em um mesmo prédio, foram ministrados o ensino fundamental e ensino supletivo, as classes deste último formarão unidade à parte.

ART. 35.º — Aos estabelecimentos de ensino primário só poderão ser atribuídos nomes de pessoas de caráter íntegro, já falecidas, que hajam prestado relevantes serviços à humanidade, ao país, ao Estado ou ao Município.

ART. 36.º — Nenhum estabelecimento particular poderá funcionar no Estado, sem que proceda registro no Departamento de Educação do Estado.

ART. 37.º — No Departamento de Educação haverá um livro especial destinado ao registro gratuito de todos os estabelecimentos particulares de ensino.

ART. 38.º — Para que se faça o registro, torna-se necessária que o diretor do estabelecimento ou pessoa pelo mesmo responsável satisfaça às seguintes condições:

a) — prova de ser o estabelecimento de ensino dirigido por brasileiro nato;

b) — atestado de saúde e de idoneidade moral, social e técnica das pessoas encarregadas da administração e do ensino;

c) — prova de que as instalações atendam às exigências higiênicas e pedagógicas;

d) — obediência aos programas e regimentos oficiais do ensino primário;

e) — remessa dos dados estatísticos ao Departamento competente.

CAPÍTULO IV

Do magistério primário

ART. 39.º — Afim de obterem direito à nomeação de professor primário, os candidatos ao magistério deverão atender às seguintes exigências:

a) — ser brasileiro nato;

b) — ser maior de 18 anos;

c) — gozar de boa saúde física e mental;

d) — apresentar diploma de conclusão do curso normal.

Parágrafo único — A nomeação para a capital dependerá de outras exigências que serão estabelecidas em regulamentação especial.

ART. 40.º — Os cargos de diretores de escolas públicas primárias serão preenchidos de acordo com as determinações do art. 36 do Capítulo IV do Título IV da Lei Orgânica do Ensino Primário, Decreto-lei n.º 8529, de 2 de janeiro de 1946.

Das instituições complementares da escola

ART. 41.º — Os estabelecimentos de ensino primário organizarão e instalarão instituições de finalidade educativa e de caráter assistencial e cultural como sejam:

a) — Grêmios Literários;

b) — Caixas Escolares;

c) — Cooperativas Escolares;

d) — Clubes Agrícolas Escolares;

e) — Círculos de Pais e Mestres.

CAPÍTULO VI

Da construção e do aparelhamento escolar

ART. 42.º — Os prédios destinados à instalação dos cursos primários, quanto à sua construção e aparelhamento, obedecerão às normas estabelecidas em lei.

TÍTULO V

Da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário

CAPÍTULO I

Da gratuidade

ART. 43.º — O ensino primário é gratuito, nos estabelecimentos oficiais.

ART. 44.º — Com o fim de desenvolver na criança espírito de solidariedade humana e de justiça social, organizar-se-á a Federação das Caixas Escolares.

ART. 45.º — A organização do funcionamento e a aplicação dos recursos das caixas escolares serão estabelecidas em regulamento próprio.

CAPÍTULO II

Da obrigatoriedade de matrícula e frequência escolar

ART. 46.º — O ensino primário elementar é obrigatório para todas as crianças nas idades de 7 a 12 anos, tanto no que se refere à matrícula como no que diz respeito à frequência regular às aulas.

ART. 47.º — São obrigados à matrícula e à frequência escolar as crianças que residirem no raio de dois quilômetros de cada escola pública.

ART. 48.º — Ficam isentas da obrigatoriedade estabelecida no art. anterior:

a) — as crianças fisicamente incapazes;

b) — as que recebem instrução particular;

c) — as que não obtiverem matrícula nas escolas.

ART. 49.º — Os pais, tutores ou quem os substitua, são responsáveis pela matrícula e frequência das crianças obrigadas à escola primária.

ART. 50.º — Estão sujeitos às penas constantes do art. 246, do Decreto-lei n.º 2848, de 7 de dezembro de 1940, (Código Penal), os pais ou responsáveis pelos menores de 7 a 12 anos que, por incúria infringirem os preceitos da obrigatoriedade escolar.

ART. 51.º — Incurrerão na mesma infração os patrões que, de qualquer modo impedirem ou dificultarem que menores ao seu serviço frequentem a escola.

ART. 52.º — O Departamento de Educação baixará regulamentos especiais sobre a obrigatoriedade escolar e organizará o Serviço de Cadastro Escolar, destinado ao registro dos movimentos de frequência e matriculo das escolas e ao estudo das causas que determinam as oscilações verificadas nêsse particular.

ART. 53.º — Nas escolas isoladas, cuja matrícula não atingir ao efetivo estabelecido na organização geral do ensino primário, pela falta de crianças de 7 a 12 anos, serão admitidos à matrícula alunos que ultrapassarem a idade determinada.

TÍTULO VII

Das disposições gerais e transitórias

ART. 54.º — Sempre que fôr necessário, os poderes públicos organizarão estudos e pesquisas especiais.



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ESCOLA NORMAL OFICIAL
PERNAMBUCO

Recife, 26 de Agosto de 1946.

ANTE-PROJETO.

DECRETO-LEI Nº , de de AGOSTO de 1946.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO, na conformidade do disposto no Decreto-lei nº 8530 de 2 de janeiro de 1946 do Governo Federal:

Atendendo à necessidade de preparar o magistério do Estado nos moldes do decreto-lei nº 8529 da mesma data, que estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Primário;

Considerando ser para esse efeito indispensável a adaptação da Escola Normal Oficial aos dispositivos do citado decreto-lei nº 8530;

Tendo em vista que, embora caiba ao Ministério da Educação a coordenação geral do ensino, os Estados deverão ter plena autonomia para a administração direta dos seus estabelecimentos de ensino e fiscalização daqueles a que outorgarem mandato de ensino normal;

Considerando que os diplomas de professor primário expedidos na conformidade do decreto-lei nº 8530 terão validade em todo o território nacional;

Tendo em vista que se devem organizar os cursos a que se refere o mesmo decreto (Lei Orgânica do Ensino Normal), de modo que os mesmos possam funcionar regularmente no próximo ano letivo de 1947;

Considerando que o decreto federal nº 8536 de 8 de janeiro de 1946, fixou o dia 31 do corrente mês como término do prazo para adaptação dos serviços do ensino normal nos Estados à respectiva lei orgânica;

urgente.
Dr. S. O. E.
29.8.46
[assinatura]



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ESCOLA NORMAL OFICIAL
PERNAMBUCO

Considerando, finalmente, que se torna preciso dar execução ao decreto-lei estadual nº 11297 de 14 de janeiro de 1946, que criou o Curso Colegial, autorizado a funcionar pelo decreto-lei nº 21026 de 26 de Abril de 1946, do Exmo. Sr. Presidente da República;

DECRETA:

ART. 1º - A Escola Normal Oficial de Pernambuco passará a denominar-se "INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO", tendo por objetivo:

- a)- prover à formação do pessoal docente necessário às escolas primárias;
- b)- desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativos à educação da infância;
- c)- habilitar administradores escolares destinados às citadas escolas;
- d)- ministrar o ensino secundário nos dois ciclos, nos moldes da legislação federal.

ART. 2º - O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO abrangerá assim os seguintes cursos:

- 1)- CURSO NORMAL NO 2º CICLO, compreendendo o curso ginasial, em quatro (4) anos, de acordo com a legislação federal, e o curso de formação de professores primários, em três (3) anos.
- 2)- CURSO COLEGIAL (clássico e científico), nos três (3) anos do 2º ciclo de estudos secundários;
- 3)- CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DO ENSINO NORMAL, compreendendo os seguintes ramos:
 - a)- Educação pré-primária;



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ESCOLA NORMAL OFICIAL
FERNAMBUCO

- 8
9
7
- b)- didática especial do curso complementar primário;
 - c)- didática especial do ensino supletivo;
 - d)- educação dos anormais;
 - e)- didática especial de desenho e artes aplicadas;
 - f)- didática especial de música e canto.
- 4)- CURSO DE ADMINISTRADORES ESCOLARES do grau primário, tendo como objetivo:
- a)- habilitação aos cargos de diretores de escolas;
 - b)- habilitação aos cargos de inspetores escolares;
 - c)- habilitação aos cargos de orientadores de ensino;
 - d)- habilitação para auxiliares estatísticos;
 - e)- habilitação para encarregados de provas e medidas escolares.

ART. 3º - O curso para formação de professores primários compreenderá as seguintes disciplinas, nas três (3) séries respectivas:

1a. SÉRIE

- 1)- Português;
- 2)- Matemática;
- 3)- Física e química;
- 4)- Anatomia e fisiologia humanas;
- 5)- Música e canto;
- 6)- Desenho e artes aplicadas;
- 7)- Educação física, recreação e jogos.

2a. SÉRIE

- +
- 1)- Português (estilística e literatura luso-brasileira);
 - 2)- Biologia educacional;
 - 3)- Psicologia educacional;



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ESCOLA NORMAL OFICIAL
FERNAMBUCO

- 4)- Filosofia da educação;
- 5)- Higiene e educação sanitária;
- 6)- Metodologia do ensino primário;
- 7)- Desenho e artes aplicadas;
- 8)- Música e canto;
- 9)- Educação física, recreação e jogos.

3a. SÉRIE

- 1)- Psicologia educacional;
- 2)- Sociologia educacional;
- 3)- História da educação;
- 4)- Higiene e Puericultura;
- 5)- Metodologia do ensino primário;
- 6)- Desenho e artes aplicadas;
- 7)- Música e canto;
- 8)- Prática do ensino;
- 9)- Educação física, recreação e jogos.

§ ÚNICO - A prática do ensino do Curso de Professores será ministrada na Escola de Aplicação, anexa ao Instituto de Educação.

ART. 4^o - O curso de especialização do ensino normal abrangerá as seguintes disciplinas, numa série única para ca da secção.

- a)- EDUCAÇÃO PRÉ-PRIMÁRIA;
 - 1)- Higiene e Puericultura;
 - 2)- Psicologia da infância;
 - 3)- Metodologia da educação pré-primária;
 - 4)- Recreação e jogos;
 - 5)- Prática do ensino.



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ESCOLA NORMAL OFICIAL
FERNAMBUCO

-5-

b)- DIDÁTICA DO CURSO COMPLEMENTAR PRIMÁRIO:

- 1)- Sociologia;
- 2)- Geografia econômica regional;
- 3)- Metodologia do ensino complementar;
- 4)- Desenho e trabalhos manuais;
- 5)- Prática do ensino.

c)- DIDÁTICA ESPECIAL DO CURSO SUPLETIVO:

- 1)- Sociologia;
- 2)- Geografia econômica regional;
- 3)- Direito usual e legislação;
- 4)- Metodologia do ensino supletivo;
- 5)- Prática do ensino.

d)- EDUCAÇÃO DOS ANORMAIS:

- 1)- Psicologia especial dos anormais;
- 2)- Ortofrenia;
- 3)- Metodologia especial;
- 4)- Prática do ensino.

e)- DIDÁTICA ESPECIAL DE DESENHO E ARTES APLICADAS:

- 1)- Desenho geométrico e a mão livre;
- 2)- Modelagem;
- 3)- Artes aplicadas e trabalhos manuais;
- 4)- Metodologia do desenho e artes aplicadas;
- 5)- Prática do ensino.

f)- DIDÁTICA ESPECIAL DE MÚSICA E CANTO:

- 1)- Música teórica;
- 2)- História da música e apreciação musical;
- 3)- Canto coral;
- 4)- Metodologia da música e do canto;
- 5)- Prática do ensino.



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ESCOLA NORMAL OFICIAL
PERNAMBUCO

-6-

§ ÚNICO - A prática do ensino das seções de educação pré-primária, didática do curso complementar primário, didática especial de Desenho e artes aplicadas e didática especial de Música e canto será ministrada na Escola Experimental, que ficará anexada ao Instituto de Educação, e a das seções de didática especial do curso supletivo e de educação dos anormais em escolas a serem instaladas para este fim.

ART. 5º - O curso de administradores escolares será feito em dois (2) anos, para cada seção.

§ 1º - A 1ª. série do curso de que trata o presente artigo será comum a todas as seções, compreendendo as seguintes disciplinas;

- 1) - Biologia Educacional;
- 2) - Sociologia Educacional;
- 3) - Filosofia da Educação;
- 4) - Higiene e educação sanitária.

Psicologia educ. 3
Est. Hist. - Educ. 3
Urb. educ. e Prof. - 3

§ 2º - A 2ª. série do mesmo curso abrangerá as seguintes disciplinas, nas respectivas seções:

a) - DIRETORES E INSPETORES ESCOLARES:

- 1) - Administração escolar;
- 2) - Estatística; educacional
- 3) - Legislação do ensino;
- 4) - Noções de direito público;
- 5) - Metodologia geral e especial;

6
3
3
3
6

b) - ORIENTADORES DE ENSINO:

- 1) - Filosofia da educação;
- 2) - Administração e legislação escolar;
- 3) - Metodologia geral;

História
Psicologia
Urb. educ. e Profissional
Psicologia educ. e Est. infantil



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ESCOLA NORMAL OFICIAL
FERNAMBUCO

-7-

4)- Metodologia especial;

5)- Prática do ensino.

c)- AUXILIARES ESTATÍSTICOS E ENCARGADOS DE PROVAS
E MEDIDAS ESCOLARES:

1)- Estatística geral e educacional;

2)- Psicologia experimental;

3)- Matemática aplicada;

4)- Técnica de apuração do rendimento escolar; x

5)- Desenho aplicado.

*Técnica de pesquisas
e métodos gráficos.*

§ 3º - A prática de ensino a que se refere a letra b do presente artigo será ministrada na Escola Experimental, anexa ao Instituto de Educação.

ART. 6º - Os candidatos á matrícula em cursos de especialização de magistério primário deverão apresentar diploma de conclusão do curso de segundo ciclo e prova de exercício do magistério primário por dois anos, no mínimo; os candidatos á matrícula em cursos de administradores escolares, ou funções auxiliares de administração, deverão apresentar igual diploma, e prova do exercício do magistério por 3 anos, no mínimo.

ART. 7º - O corpo docente do Instituto de Educação será constituído pelos atuais professores da Escola Normal Oficial, nas respectivas disciplinas e nas matérias afins dos diversos cursos previstos no presente decreto-lei, assegurando-se-lhes remuneração condigna.

§ ÚNICO - Somente por desistência dos professores cate dráticos nas disciplinas respectivas, serão as aulas suplementares cometidas a professor estranho, mediante indicação do diretor do Instituto e nomeação do Secretário de Saúde e Educação.



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ESCOLA NORMAL OFICIAL
FERNAMBUCO

-8-

ART. 8º - O processo de provimento efetivo das cadeiras do curso ginasial e do curso de formação de professores, verificar-se-á mediante concurso de títulos e provas, de acôrdo com a legislação federal.

§ UNICO - As cadeiras extintas nos anteriores planos de ensino normal e restabelecidas por fôrça do presente decreto-lei serão providas em carater efetivo por seus antigos professores.

ART. 9º - Os professores catedráticos do Instituto de Educação ficam obrigados a dar até nove (9) horas de aula por semana, contando-se-lhes como aulas suplementares, com a gratificação prevista em lei e atribuída durante o período letivo (de 1º de Março a 31 de Dezembro), as que excederem daquele número.

ART. 10º - A adaptação das alunas matriculadas no anterior curso de professores da Escola Normal ao plano de ensino previsto no presente decreto-lei será estabelecida em currículo especial pela Diretoria do Instituto de Educação, ouvida a respectiva Congregação.

ART. 11º - O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser oportunamente regulamentado nos moldes estabelecidos pela legislação federal.

§ UNICO - Os cursos de que cogita o presente decreto-lei entrarão em funcionamento no próximo ano letivo de 1947.

ART. 12º - Revogam-se as disposições em contrário.

Parer do S.O.E. do INEP sobre
 ANTE PROJETO DE DECRETO-LEI REFERENTE À ADAPTAÇÃO DO ENSINO NORMAL AO DECRETO-LEI Nº 8 530, DE 2.1.946.

I. O presente ante-projeto de Decreto-lei refere-se à adaptação do ensino normal do Estado de Pernambuco à Lei Orgânica do Ensino Normal, baixada pelo Decreto-lei n. 8 530, de 2.1.46.

A - Em suas linhas gerais o plano parece-nos bem elaborado.

B - Esta Secção, entretanto, ao estudar a organização dos cursos, apresentada no presente ante-projeto de Decreto-lei, ^{mane} ~~apre~~ ^{esta} ~~sentia~~, ao expressar o seu ponto de vista, algumas sugestões no sentido de elevar o nível do ensino e aprimorar a organização dos cursos de especialização do magistério e administração.

C - Antes, porém, deseja mencionar:

1. que o Instituto de Educação de Pernambuco, mantém, além dos cursos previstos na Lei Orgânica do Ensino Normal o curso colegial, de nível secundário e manterá o ramo "educação dos anormais", do curso de especialização do magistério;

2. que o currículo do curso de formação do professor primário é acrescido, no plano apresentado, da matéria "Português (estilística e literatura luso-brasileira)", na 2ª série;

3. que a cadeira de "História e filosofia de educação", da 3ª série, prevista na Lei Orgânica, foi desdobrada em Filosofia da educação, que foi incluída na 2ª série e História de educação, na 3ª. O desdobramento de cadeiras é permitido pela Lei Orgânica do Ensino Normal.

D - O curso de especialização do magistério abrangerá, em uma única série para cada Secção, os seguintes ramos de ensino:

- a - Educação pré-primária;
- b - Didática do curso complementar primário;
- c - Didática especial do curso supletivo;
- d - Educação dos anormais;
- e - Didática especial de desenho e artes aplicadas;
- f - Didática especial de música e canto.

Desses, apenas o contido na letra d não é previsto na Lei Orgânica do Ensino Normal.

1. Com relação ao ramo de ensino "Educação pré-primária", organizamos assim o currículo para essa modalidade de ensino:

- Biologia e higiene do pré-escolar;
- Psicologia do pré-escolar;
- Fundamentos da educação pré-primária;
- Observação e prática da educação pré-primária;
- Relações entre a instituição pré-primária^{lar} e a comunidade;
- Desenho e trabalhos manuais na educação pré-primária.

O trabalho compreendido na cadeira de Observação e prática da educação pré-primária deverá ser orientado e - é claro, em instituições pré-primárias, onde os alunos observarão e participarão das atividades aí em realização.

Além destas matérias, poderiam ser apresentados alguns cursos eletivos de caráter geral, que habilitassem a educadora pré-escolar a exercer suas funções com maior eficiência, tais como: piano, taquigrafia, cursos de cunho eminentemente práticos, isto é, visando a aplicação desses assuntos, ao trabalho com as crianças.

Estando incluído no espírito da Lei Orgânica do Ensino Normal, a idéia de que "a religião poderá ser contemplada como disciplina" do currículo escolar, ^{sugerimos} a inclusão, pois, dessa "matéria", como curso eletivo, afim de preparar a educadora para iniciar, ela própria, as crianças de quem se encarregar, nas práticas religiosas.

2. Já a Secção de "Didática do curso complementar primário" ficaria, a nosso ver, assim organizada, quanto ao seu currículo:

- Sociologia educacional; *- estatística educacional*
- Geografia econômica regional;
- Psicologia educacional;
- Orientação educacional e profissional
- Metodologia, observação e prática do ensino complementar, (compreendendo o estudo das seguintes disciplinas):
 - a) Leitura, linguagem oral e escrita -
 - b) Aritmética e geometria -
 - c) Geografia do Brasil e noções de geografia geral .
 - d) História do Brasil e noções de História da América -
 - e) Ciências naturais e higiene -

- f) Conhecimento das atividades econômicas da região -
- g) Desenho, trabalhos manuais e práticas educativas referentes a atividades econômicas da região.

3. Para o ramo de ensino do curso de especialização do magistério, sob o título "Didática do ensino supletivo" propomos as seguintes matérias:

- X* 1 - Sociologia Educacional *3 - Estatística educacional*
- 3 - Psicologia do adolescente e do adulto
- 4 - História e Filosofia da educação
- 5 - Geografia econômica regional
- 6 - Direito usual
- 7 - Metodologia, observação e prática do ensino supletivo (compreendendo o estudo das seguintes matérias:)

- a) Leitura e Linguagem oral e escrita.
- b) Aritmética e Geometria
- c) Geografia e História do Brasil
- d) Ciências naturais e higiene
- e) Noções de Direito usual (legislação do trabalho, obrigações de vida civil e militar)
- f) Desenho.

g) Economia doméstica e pericultura
4. Para a parte referente à "Didática especial do desenho e artes aplicadas":

- Psicologia educacional - ✓
- Psicologia do desenho infantil - ✓
- Noções de história da arte - ✓
- Desenho geométrico (linear, projeção ortogonal perspectiva) e do natural (objetos, animais, figura humana e paisagens.) *projeção e perspectiva*
- Artes aplicadas (modelagem, trabalhos em madeira, em metal, em papel, fibras, etc. e artes femininas) -
- Composição decorativa e ilustração -
- Metodologia, observação e prática do ensino do desenho e artes aplicadas.

copiar
5. Em relação à "Didática especial de música e canto" deixamos de oferecer sugestão em obediência ao Decreto-lei nº 9 494, de 22.7.46 que regulamenta o ensino de Canto Orfeônico e atribue ao Conservatório Nacional de Canto Orfeônico a formação de professor primário especializado.

E - A organização proposta para o curso de administradores escolares é a seguinte:

1. duração de 2 anos;
2. a 1ª série ^{comum} a tôdas as Secções compreendendo o estudo das seguintes disciplinas:

- Biologia Educacional *Psicologia educacional*
- Sociologia Educacional
- Filosofia de Educação *História*
- Higiene ^{psicossomática} e educação sanitária;

a 2ª série abrangerá três secções, compreendendo o estudo das seguintes disciplinas, considerando-se:

a) Diretores e Inspetores Escolares

- Administração escolar *Administração e*
- Estatística *educacional*
- Legislação do ensino
- Noções de direito público
- Metodologia geral e especial;

b) Orientadores de Ensino

- Filosofia de educação *História*
- Administração e legislação escolar *Administração*
- Metodologia geral *Orientação educacional e profissional*
- Metodologia especial *prática de ensino*
- Prática do ensino; *Instituições escolares e literatura infantil*

c) Auxiliares Estatísticos e Encarregados de Provas

- Estatística geral e educacional
- Psicologia experimental
- Matemática aplicada
- Técnica ^{de pesquisas e medidas escolares} e apuração do rendimento escolar
- Desenho aplicado.

3. Parece-nos, uma vez que se pretende, no plano proposto, separar em dois anos, (no curso de administradores) as matérias de formação mais geral, comum a todos, se se pode dizer assim, e as de especialização propriamente dita, necessário o acréscimo,

a) na 1ª série (comum a todos, nesse caso) das seguin-

tes matérias:

- psicologia educacional
- Estatística aplicada à educação

b) quanto à 2ª série da Secção correspondente aos Diretores e Inspetores escolares;

- i - chamaremos a cadeira de Administração escolar de Organização e administração escolar;
- ii - desdobraremos as cadeiras de Metodologia geral e especial, em Metodologia geral e metodologia especial e a de
- iii - Estatística será chamada "Estatística educacional";

c) quanto ao curso de Orientadores de ensino:

- i - a cadeira de Filosofia da educação estaria mais bem situada nesse currículo, a nosso ver, se compreendesse também o estudo de história da educação, chamar-se-ia, pois: História e Filosofia da educação;
- ii - a cadeira de Administração e legislação escolar passaria a chamar-se "Organização, administração e legislação escolar";
- iii - o currículo deverá ser acrescido da cadeira de Orientação educacional e profissional;
- iv - as cadeiras de Metodologia especial e Prática do ensino seriam fundidas numa só, porém, com intensificação do número de aulas, incluindo a parte prática, passando a chamar-se porém: Metodologia especial;
- v - incluir a cadeira de Instituições escolares e literatura infantil.

d) No tocante à formação dos auxiliares estatísticos e encarregados de provas e medidas escolares propomos a mudança do nome da cadeira de "Técnica de apuração do rendimento escolar" para "Técnica de pesquisas e medidas escolares".

F- Devemos acentuar que, quando manifestamos a nossa opinião, no trabalho em apreço, procuramos manter e prestigiar tanto quanto possível, a proposta apresentada pelo Estado de Pernambuco.

G - Relativamente às questões de ordem administrativa e por não caber a este Ministério se pronunciar a respeito, silenciou também esta Secção. A Lei Orgânica do Ensino Normal concede autonomia plena aos Estados na administração dos seus estabelecimentos de ensino normal e fiscalização daqueles aos quais ^{se}ortorgar mandato.

H - O presente plano refere-se apenas à adaptação da Escola Normal Oficial do Estado à Lei Orgânica do Ensino Normal, não fazendo, por isso, referência a outros estabelecimentos de ensino normal, supomos tratar-se de estabelecimento padrão de ensino normal. Não seria demais ouvir-se o Estado a respeito.

I - Resumindo, para clareza, diremos que os cursos ficariam assim organizados:

A. Especialização do magistério

1. Educação pré-primária

- a) Biologia e higiene do pré-escolar
- b) Psicologia do pré-escolar
- c) Fundamentos da educação pré-primária
- d) Observação e prática da educação pré-primária
- e) Relações entre a instituição pré-primária, o lar e a comunidade
- f) Desenho e trabalhos manuais na educação pré-primária;

2. Didática do curso complementar primário:

- a) Sociologia educacional
- b) Psicologia educacional
- c) Geografia econômica regional
- d) Orientação educacional e profissional
- e) Metodologia, observação e prática do ensino complementar:

- i - Leitura, linguagem oral e escrita
- ii - Aritmética e Geometria
- iii - Geografia do Brasil e noções de Geografia geral
- iv - História do Brasil e noções de História da América

- v - Ciências naturais e higiene
- vi - Conhecimento das atividades econômicas da região
- vii - Desenho, trabalhos manuais e práticas educativas referentes a atividades econômicas da região.

3. Didática do ensino supletivo

- a) Sociologia educacional
- b) Psicologia do adolescente e do adulto
- c) História e Filosofia de Educação
- d) Geografia econômica regional
- e) Direito usual
- f) Metodologia, observação e prática do ensino supletivo:
 - i - Leitura e Linguagem oral e escrita
 - ii - Aritmética e Geometria
 - iii - Geografia e História do Brasil
 - iv - Ciências naturais e higiene
 - v - Noções de Direito usual (legislação do trabalho, obrigações de vida civil e militar)
 - vi - desenho.

4. Didática especial do desenho e artes aplicadas

- a) Psicologia educacional
- b) Psicologia do desenho infantil
- c) Noções de história da arte
- d) Desenho geométrico e do natural
- e) Artes aplicadas (modelagem...)
- f) Composição decorativa e ilustração
- g) Metodologia, observação e prática do ensino de Desenho e Artes aplicadas.

B - Administração escolar

1. - 1ª série

- a) Biologia educacional
- b) Sociologia educacional
- c) Filosofia da Educação
- d) Higiene e educação sanitária
- e) Psicologia educacional
- f) Estatística aplicada à educação.

2. - 2ª série

a) - Diretores e Inspetores escolares:

- Organização e administração escolar
- Estatística aplicada à educação
- Legislação do ensino
- Noções de Direito Público
- Metodologia Geral
- Metodologia Especial

b) - Orientadores de ensino:

- História e Filosofia da educação
- Organização, administração e legislação escolar
- Orientação educacional e profissional
- Instituições escolares e literatura infantil
- Metodologia Geral
- Metodologia Especial

c) - Auxiliares estatísticos e encarregados de provas e medidas escolares:

- Estatística geral e educacional
- Psicologia experimental
- Matemática aplicada
- Técnica de pesquisas e medidas escolares
- Desenho aplicado.

II. Desta forma, a S.O.E. opina no sentido de ser enviado, ao Estado de Pernambuco, o ponto de vista dêste Instituto, exarado nesta informação, depois de aprovado pelo Snr. Diretor, exteriorizando, ao mesmo tempo, o desejo de conhecer o plano referente à adaptação do Ensino Primário, assim como a situação dos alunos de tôdas as escolas normais e do Instituto de Educação, em 1947.

Em 8.10.46

Ana Rimoli de Faria Doria

Ana Rimoli de Faria Doria

Chefe da S.O.E.

*de acordo. Transmitem-se por R. 11
a. 19/10/46
L. 11/11/46*

Providenciado.

10 de outubro de 1946.

250

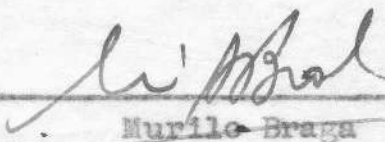
Senhor Secretário,

Tenho a honra de remeter a V. Excia., em anexo, o parecer emitido pela Secção de Organização Escolar d'êste Instituto, por mim aprovado, e relativo ao projeto de lei de adaptação do Ensino Normal aos princípios da Lei Orgânica Federal.

Agradecendo a gentileza de V. Excia. ao trazer ao nosso exame a adaptação referida, reafirmo os propósitos que o Instituto mantém de prestar colaboração aos serviços estaduais de educação, nos termos da legislação em vigor e do Convênio do Ensino Primário.

Nesta oportunidade, permito-me lembrar a V. Excia., a necessidade de ser incluído um dispositivo na lei do ensino normal pelo qual fique esclarecida a situação, em 1947, dos alunos que estejam atualmente matriculados em estabelecimentos de ensino normal, aliás, objeto principal da adaptação.

Neste ensejo, renovo a V. Excia. os protestos de elevada consideração.


Murilo Braga
Diretor do I.N.E.P.

Ao Senhor Doutor Ageu Magalhães
M.D. Secretário de Educação e Saúde
RECIFE - Estado de Pernambuco.

20/9.10.46.

Remiado junto cópia do parecer
da P.O.E.

697

Em 26 de março de 1947.

Senhor Secretário,

Tendo em vista o artº 1º do Decreto-lei federal nº 8 586, de 8 de janeiro de 1946, e os termos do Decreto-lei estadual nº 1 448, de 3 de setembro de 1946, referente ao atual Instituto de Educação de Pernambuco, permito-me lembrar a Vossa Senhoria que se torna necessário ficar extensiva a todas as escolas normais desse Estado a adaptação decretada.

2. É de todo conveniente que constem da adaptação em causa disposições referentes aos seguintes tópicos: finalidade, ciclos, cursos e tipos de estabelecimentos de ensino normal, articulação do ensino normal com outras modalidades de ensino, estrutura do curso de regentes de ensino primário, programas e orientação geral do ensino, trabalhos escolares, períodos letivos e de férias, admissão aos cursos, matrícula e transferência, limitação e distribuição dos trabalhos em classe, habilitação dos alunos, certificados e diplomas, ensino normal mediante mandato, escolas anexas aos estabelecimentos de ensino normal e professores de ensino normal.

Neste ensejo, renovo a Vossa Senhoria os protestos de elevada consideração.

Murilo Braga
Diretor do I.N.E.P.

Ao Senhor Secretário de Educação e Saúde
RECIFE - Pernambuco.

20/25/3/947.

M. E. S.
INSTITUTO NACIONAL
DE
ESTUDOS PEDAGÓGICOS

23 ABR. 47.

Recife, 18 de Abril de 1947

PROTOCOLO

Ofício n.º 231

Sr. Diretor:

A'S.O.E - 7.47
Em 26.4.47
540/47

Tenho a satisfação de comunicar a V. Excia. que o Conselho Administrativo na sessão ordinária de 14 do corrente, aprovou, unanimemente, o projeto de decreto-lei do Estado, dispondo sobre a lei orgânica do ensino primário, de acordo com as disposições do Decreto-Lei Federal nº 8.585, de 8 de Janeiro de 1946.

Por via marítima foi remetida a V. Excia. uma cópia do referido ante projeto cuja aprovação de V. Excia. estimaria receber por telegrama.

Atenciosas saudações

Eleyson Cardoso

Secretário de Saúde e Educação

Exmo. Sr.

Dr. Murilo Braga

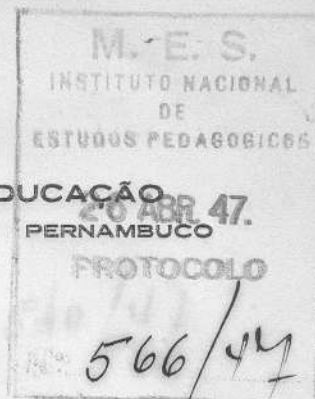
D.D. Diretor do Instituto Nacional de
Estudos Pedagógicos

Ministério da Educação e Saúde

RIO DE JANEIRO



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO



Ofício nº 223

Recife, em 17 de abril de 1947

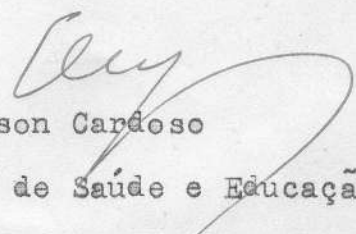
Snr. Diretor:

instituída a 'S.O.E. em 28.4.47
M. P. Bral

Tenho a honra de submeter á aprovação de V. Exc. o ante-projeto da Lei Orgânica do Ensino Primário dêste Estado, em que se procura dar cumprimento ao Decreto-Lei nº 8528, de 2 de janeiro de 1946.

O referido ante-projeto já foi, igualmente, submetido á aprovação do Conselho Administrativo do Estado.

Renovo a V. Exc. a segurança do meu elevado apreço e distinta consideração.


Eleyson Cardoso

Secretário de Saúde e Educação

Ao Exmo. Snr. Dr. Murilo Braga
D.D. Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

RIO DE JANEIRO



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
PERNAMBUCO

ANTE-PROJETO DA LEI ORGÂNICA DO ENSINO PRIMÁRIO

DO

ESTADO DE PERNAMBUCO

TÍTULO - I

Das bases da organização do ensino primário

Capítulo - I

Das finalidades do ensino primário

Art.1º - O ensino primário no Estado de Pernambuco terá as seguintes finalidades:

- a) - oferecer às crianças de sete a doze anos as possibilidades de desenvolvimento integral da personalidade;
- b) - possibilitar-lhes os meios de adaptação ao ambiente social e físico.

Ar.2º - Dentro dessas finalidades, a escola primária é a oficina a que compete:

- a) - aproveitar em cada oportunidade tudo quanto, em relação às necessidades correntes, possa guiar a inteligência e a vocação;
- b) - ministrar uma educação de ação construtiva pelos métodos funcionais;
- c) - proporcionar a todos o conhecimento da vida nacional, despertando, assim, a consciência dos deveres cívicos de cada futuro cidadão;
- d) - habilitá-los ao exercício das virtudes morais e sociais dentro dos princípios de solidariedade humana e das tradições cristãs da nacionalidade.



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
PERNAMBUCO

Capítulo - II

Das categorias de ensino primário e de seus cursos.

Art.3º - O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino:

- a) - o ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos, ministrado nos grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas do Estado;
- b) - o ensino primário supletivo, destinado a adolescentes e a adultos, ministrado em grupos escolares, centros operários e escolas paroquiais (escolas noturnas);

Art.4º - O ensino primário fundamental será ministrado em dois cursos sucessivos: o elementar e o complementar.

Art.5º - O ensino primário supletivo compreenderá um curso: o supletivo para adolescentes e adultos de ambos os sexos, na Capital e no Interior do Estado.

Capítulo - III

Da ligação de ensino primário com as outras modalidades de ensino.

Art.6º - O ensino primário manterá articulação com as outras modalidades de ensino:

- 1º - o curso primário elementar se articulará com os cursos profissionais e com os de aprendizagem industrial e agrícola;
- 2º - o curso primário complementar, com o curso ginásial, industrial, agrícola e curso normal regional;
- 3º - o curso supletivo, com os cursos de aprendizagem agrícola e industrial, e com o profissional;
- 4º - os cursos de Jardim da Infância se articularão com curso primário elementar.

Art.7º - A educação pré-escolar será ministrada nos jardins da infância às crianças maiores de quatro anos e menores de sete.



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
PERNAMBUCO

Art.8º - Os jardins da Infância funcionarão obrigatoriamente nas escolas de Aplicação anexas às Escolas Normais, e, sempre que possível, nos grupos escolares, de preferência nos situados nas zonas mais necessitadas.

TÍTULO - II

Da Estrutura do Ensino Primário

Capítulo - I

Do Curso Primário Elementar

Art.9º - O Curso Primário Elementar, com quatro anos de estudos, constará das seguintes matérias e atividades:

- I) - meios de expressão (leitura, linguagem oral e escrita, e desenho)
- II) - meios de racionalização (Iniciação à Matemática)
- III) - estudo de adaptação social
- IV) - estudo de adaptação à natureza
- V) - desenho e trabalhos manuais
- VI) - canto erfeônico
- VII) - educação física
- VIII) - atividades agrícolas

Capítulo - II

Do curso primário complementar

art.10º - No curso primário complementar, de um ano, serão ministradas as seguintes disciplinas e atividades:

- I) - leitura e linguagem oral e escrita;
- II) - aritmética e geometria;
- III) - geografia e história do Brasil, noções de geografia geral dos continentes e história da América;
- IV) - ciências naturais e higiene;



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
PERNAMBUCO

- V) - conhecimentos das atividades econômicas de Pernambuco;
- VI) - trabalhos manuais de acordo com as atividades econômicas da região;
- VII) - canto orfeônico;
- VIII) - educação física;
- IX) - desenho.

Parágrafo único:- Aos alunos de sexo feminino serão ministrados, ainda conhecimentos de economia doméstica e de puericultura.

Capítulo-III

Do Curso Primário Supletivo

Art. 11º - O Curso Primário Supletivo, para adolescentes e adultos, será regulamentado de acordo com o "Plano de Ensino Supletivo, para adolescentes e adultos", autorizado para o corrente ano pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Capítulo - IV

Da Orientação geral do Ensino Primário Fundamental

Ar.12º - O Ensino Primário Fundamental deverá atender aos seguintes princípios:

- a) - pôr em prática os meios e ocupações capazes de despertar os interesses da criança;
- b) - atender às condições vitais do aluno e às suas possibilidades de existência num determinado meio;
- c) - adaptar-lhe os processos de ensino ou educação;
- d) - despertar na criança o conceito e o valor da solidariedade humana e do trabalho em comum;
- e) - distribuir o trabalho escolar de modo que ele seja uma fonte de seleção individual, guiando a inteligência e a vocação;



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
PERNAMBUCO

f) despertar um sadio sentimento de nacionalidade pelo estudo das coisas brasileiras.

Capítulo - V

Da orientação do Ensino Primário Supletivo

Art.13º - O Ensino Primário Supletivo atenderá aos princípios estabelecidos no "Plano de Ensino Supletivo".

Capítulo - VI

Des programas de ensino primário

Art.14º - O ensino primário obedecerá aos programas apresentados pelos órgãos técnicos do Ministério de Educação e Saúde, convenientemente adaptados às necessidades regionais.

Art.15º - Os estabelecimentos de ensino primário poderão ministrar o ensino religioso, contanto que esse ensino não implique em obrigatoriedade.

Título III

Da Vida Escolar

Capítulo I

Do Ano Escolar

Art.16º - O ano Escolar será de dez meses, dividido em dois períodos letivos, entre os quais se intercalarão trinta dias de férias. De um para outro ano escolar, haverá dois meses de férias.

Art.17º - O período de férias que dividirá o ano letivo irá de 20 de Junho a 20 de julho, e as férias de um para outro ano escolar corresponderão aos meses de dezembro e janeiro.

Capítulo II

Da admissão aos cursos

Art.18º - Serão admitidas à matrícula na primeira série do curso elementar as crianças analfabetas de sete anos de idade. Poderão ser admitidas, também, as que completarem sete anos até



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
PERNAMBUCO

1 de junho do ano da matrícula, desde que apresentem a necessária maturidade para os estudos. Serão matriculadas, nas demais séries do mesmo curso, as crianças que tiverem obtido aprovação na série anterior e, ainda, aquelas que, mediante verificação de estudos já feitos, possam ser classificadas em tais séries.

Art.19º - Serão admitidas à matrícula, no curso complementar, as crianças que tiverem aprovação final no curso elementar.

Art.20º - Serão admitidos à matrícula nos cursos supletivos os maiores de 15 anos que necessitem de seu ensino.

Art.21º - É admitida a transferência das matrículas de um para outro estabelecimento de ensino primário, em qualquer época do ano.

Capítulo III

Da avaliação dos resultados do ensino

Art.22º - O aproveitamento dos alunos, verificado por meio de exercícios e exames, será avaliado em notas que se graduarão de zero a cem.

Parágrafo único - A verificação do aproveitamento escolar realizar-se-á mediante a aplicação de provas e medidas objetivas de rendimento.

Art.23º - Aos alunos que concluírem quaisquer dos cursos de ensino primário será expedido o correspondente certificado.

TÍTULO IV

Da administração e organização do Ensino Primário

Capítulo I - do Ensino Oficial e do Ensino Livre

Art.24º - O ensino primário é mantido pelos poderes públicos e é livre a iniciativa particular.



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
PERNAMBUCO

- Art.25º - A direção suprema do ensino primário no Estado de Pernambuco cabe ao Governador, auxiliado pelo Secretário de Saúde e Educação e pelo Diretor do Departamento de Educação.
- Art.26º - O ensino primário a cargo dos Municípios ficará sob a superintendência e fiscalização do Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Saúde e Educação e do Departamento de Educação.
- Art.27º - As pessoas naturais e pessoas jurídicas de direito privado que mantenham estabelecimento de ensino primário, serão consideradas no desempenho de função de caráter público.

CAPÍTULO II

Des sistemas de ensino primário

- Art.28º - Os estabelecimentos de ensino primário, públicos e particulares, registrados no Departamento de Educação, neste Estado, obedecerão a um só sistema escolar com a devida unidade de organização e direção;
- Art.29º - Em tempo oportuno será expedida a organização do ensino primário no que se refere ao planejamento do ensino em cada ano, à organização do plano de construção e aparelhamento escolar, ao magistério primário em geral (corpo docente e administrativo), aos órgãos técnicos para direção, orientação e fiscalização do ensino primário, à organização dos serviços de assistência aos escolares, à organização das instituições complementares da escola.

CAPÍTULO III

Des tipos de estabelecimentos de ensino primário

- Art.30º - Os estabelecimentos de ensino primário, mantidos pelos poderes públicos, terão as seguintes designações;



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
PERNAMBUCO

- I) - Escola isolada (E.I.) - escola com uma só turma de alunos dirigidos por um só professor;
- II) - Escolas reunidas (E.R) - escolas com duas a quatro turmas de alunos e números correspondentes de professores;
- III) - Grupo escolar (G.E.) - estabelecimento de ensino com 5 ou mais turmas de alunos e número igual ou superior de professores;
- IV) - Escolas Supletivas (E.S.) - estabelecimento onde se ministre o Ensino Supletivo, qualquer que seja o número de alunos e de professores.

Art.31º - Nas escolas isoladas e escolas reunidas da Capital e do Interior do Estado, será ministrado somente o ensino elementar; nos grupos escolares poderão ser ministrados o curso elementar e o curso complementar, além do curso de jardim da infância.

Parágrafo único - Nas escolas isoladas e escolas reunidas do Interior do Estado, além do ensino elementar, poderá ser ministrado, ainda, o ensino complementar, se tais escolas forem localizadas em zonas onde não houver grupo-escolar.

Art.32º - Aos estabelecimentos de ensino primário fundamental, mantidos por particulares, serão dadas as seguintes designações, independentemente de número de seus alunos e professores:

- I) - curso elementar - quando ministre, apenas, o curso elementar.
- II) - curso primário - quando ministre o curso elementar e o curso complementar.
- III) - curso supletivo - quando ministre o curso supletivo.

Art.33º - As escolas só poderão ministrar o ensino referente aos cursos indicados pela designação que recebem.



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
PERNAMBUCO

Se, em um mesmo prédio, forem ministrados o ensino fundamental e o ensino supletivo, as classes deste último formarão unidade à parte.

Art.34º - Aos estabelecimentos de ensino primário só poderão ser atribuído nomes de pessoas de caráter íntegro, já falecidas, que hajam prestado relevantes serviços à humanidade, ao país, ao Estado ou ao Município.

Art.35º - Nenhum estabelecimento particular poderá funcionar no Estado, sem que proceda registro no Departamento de Educação do Estado.

Art.36º - No Departamento de Educação haverá um livro especial destinado ao registro gratuito de todos os estabelecimentos particulares de ensino.

Art.37º - Para que se faça o registro, torna-se-á necessário que o diretor do estabelecimento ou pessoa pelo mesmo responsável satisfaça às seguintes condições:

- a) - prova de ser o estabelecimento de ensino dirigido por brasileiro nato;
- b) - atestado de saúde e de idoneidade moral, social e técnica das pessoas encarregadas da administração e do ensino;
- c) - prova de que as instalações atendam às exigências higiênicas e pedagógicas;
- d) - obediência aos programas e regimentos oficiais de ensino primário;
- e) - remessa dos dados estatísticos ao Departamento competente.

CAPÍTULO IV

Do magistério primário.

Art.38º - Afim de obterem direito à nomeação de professor primário,



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
PERNAMBUCO

es candidatas ao magistério deverão atender às seguintes exigências:

- a) - ser brasileiro nato;
- b) - ser maior de 18 anos;
- c) - gozar de boa saúde física e mental;
- d) - apresentar diploma de conclusão do curso normal.

Parágrafo único - A nomeação para a capital ^{depende} de outras exigências que serão estabelecidas em regulamentação especial.

CAPÍTULO V

Das instituições complementares da escola

Art.39º - Os estabelecimentos de ensino primário organizarão e instalarão instituições de finalidade educativa e de caráter assistencial e cultural como sejam:

- a) - Grêmios Literários;
- b) - Caixas Escolares;
- c) - Cooperativas Escolares;
- d) - Clubes Agrícolas Escolares;
- e) - Círculos de Pais e Mestres.

CAPÍTULO VI

Da construção e do aparelhamento escolar

Art.40º - Os prédios destinados à instalação dos cursos primários, quanto à sua construção e aparelhamento, obedecerão às normas estabelecidas em lei.

TÍTULO V

Da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário

CAPÍTULO I

Da gratuidade

Art.41º - O ensino primário é gratuito nos estabelecimentos sempre que mantidos ou subvencionados pelo Estado.

Art.42º - Com o fim de desenvolver na criança espírito de solidariedade



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
PERNAMBUCO

humana e de justiça social, organizar-se-á a Federação das Caixas Escolares.

Art.43º - A organização do funcionamento e ^{da} aplicação dos recursos das caixas escolares serão estabelecidas em regulamento próprio.

CAPÍTULO II

Da obrigatoriedade de matrícula e frequência escolar.

Art.44º - O ensino primário elementar é obrigatório para todas as crianças nas idades de 7 a 12 anos, tanto no que se refere à matrícula como no que diz respeito à frequência regular às aulas.

Art.45º - São obrigados à matrícula e à frequência escolar as crianças que residirem no raio de dois quilômetros de cada escola pública.

Art.46º - Ficam isentas da obrigatoriedade estabelecida no art. anterior:

- a) - as crianças fisicamente incapazes;
- b) - as que recebem instrução particular;
- c) - as que não obtiverem matrícula nas escolas.

Art.47º - Os pais, tutores ou quem os substitua, são responsáveis pela matrícula e frequência das crianças obrigadas à escola primária.

Art.48º - Estão sujeitos às penas constantes do art. 246, do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de Dezembro de 1940, (Código Penal), os pais ou responsáveis pelos menores de 7 a 12 anos que, por incúria infringirem os preceitos da obrigatoriedade escolar.

Art.49º - Incorreção na mesma infração os patrões que, de qualquer modo impedirem ou dificultarem que menores ao seu serviço frequentem a escola.

Art.50º - O Departamento de Educação baixará regulamentos especiais



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
PERNAMBUCO

sôbre a obrigatoriedade escolar e organizará o Serviço de Cadastro Escolar, destinado ao registro dos movimentos de frequência e matrícula das escolas e ao estudo das causas que determinam as oscilações verificadas nesse particular.

Art.51^º - Nas escolas, cuja matrícula não atingir ao efetivo estabelecido na organização geral do ensino, primário, pela falta de crianças de 7 a 12 anos, serão admitidos à matrícula alunos que ultrapassarem a idade determinada.

TÍTULO VII

Das disposições gerais e transitórias.

Art.52^º - Sempre que fôr necessário, os poderes públicos organizarão estudos e pesquisas especiais.



Processo n. 566/47

Apreciação sobre o ante-pro-
jeto da Lei Orgânica do Ensi-
no Primário do Estado de Per-
nambuco.

Senhor chefe,

Foi submetido à apreciação deste Instituto pelo o-
fício n. 223, de 17 de abril de 1947, do Sr. Secretário de Saú-
de e Educação do Estado de Pernambuco, o ante-projeto de lei
para adaptar o ensino primário do Estado referido às normas es-
tabelecidas pelo Decreto-lei n. 8529, de 2 de janeiro de 1946,

2. O trabalho está bem elaborado e procura naturalmen-
te atender à atual situação do ensino primário em Pernambuco. No
entanto, visando manter o princípio de organização geral previs-
to pela respectiva Lei Orgânica federal e a terminologia adota-
da nesse diploma legal, poderão ser introduzidas no presente an-
te-projeto algumas modificações da forma indicada em seguida:

- a) O item b do art. 3º, em vez de "grupos escola-
res", mencionará "escolas supletivas", para a-
tender ao inciso IV do art. 28 da Lei Orgânica.
- b) O art. 9º, tratando do curso primário elementar,
para ficar com a mesma nomenclatura do art. 8º da
lei federal, nos ns. I a IV, mencionará:

- I- Leitura e linguagem oral e escrita
- II- Iniciação matemática
- III- Geografia e história do Brasil
- IV- Conhecimentos gerais aplicados à vida so-
cial, à educação para a saúde e ao traba-
lho.

- c) O n. VI do art. 10º indicará "Trabalhos manuais
e práticas educativas de acordo com as ativida-
des econômicas da região" para ficar em conso-
nância com o n. VII do art. 8º da Lei Orgânica.
- d) O art. 11º está assim redigido: "O Curso Primá-
rio Supletivo, para adolescentes e adultos, será
regulamentado de acordo com o "Plano de Ensino
Supletivo, para adolescentes e adultos", auto-
rizado para o corrente ano pelo Excelentíssimo
Senhor Presidente da República." Ora, o "Plano
de Ensino Supletivo, para adolescentes e adul-
tos", também chamado "Campanha da Alfabetização

de adultos", ~~ambos~~ não se enquadra na estrutura determinada pelo art. 9º da Lei Orgânica do Ensino Primário, ^{mas} está perfeitamente dentro dos dispositivos do art. 49º dessa Lei, que estabelece: "Onde se tornarem necessários, poderão funcionar, em caráter de emergência, classes de alfabetização (C.A.), para adolescentes e adultos".

O plano referido tem caráter transitório e a estrutura definitiva a ser dada ao ensino supletivo é a do art. 9º da Lei Orgânica, do Ensino Primário. Aliás, os 2 planos (o da Campanha e o do art. 9º da Lei Orgânica) podem existir paralelamente, tendo preferência segundo a maior ou menor taxa de analfabetismo de cada cidade. Em consequência o art. 11º do anteprojeto poderá sofrer modificação para adotar a seriação do art. 9º da Lei Orgânica. Sendo assim, torna-se necessário o acréscimo de artigo, no presente anteprojeto, estabelecendo a mesma medida indicada no art. 49º da Lei Orgânica.

- e) O art. 20º do anteprojeto, para ficar de acordo com o artigo 18º da Lei Orgânica, em vez de 15, indicará 13 anos.
- f) O Capítulo IV do Título IV omite a determinação do art. 36º da Lei Orgânica, referente ao provimento dos cargos de diretores de escolas primárias.
- g) Convém que a determinação do art. 51º do anteprojeto seja aplicada somente nas escolas isoladas, em virtude do que estabelece o artigo de igual número da Lei Orgânica.
- h) É o seguinte o texto do parágrafo único do art. 31º do anteprojeto: "Nas escolas isoladas, e escolas reunidas do Interior do Estado, além do ensino elementar, poderá ser ministrado, ainda, o ensino complementar, se tais escolas forem localizadas em zonas onde não houver grupos escolares". Esta medida visa talvez dar a mesma oportunidade a todos os alunos do curso primário fundamental, no Estado. No entanto, ela não combina perfeitamente com o art. 29º da Lei Orgânica do Ensino Primário, que estabelece: "As escolas isoladas e escolas reunidas ministrarão somente o curso elementar; os grupos escolares poderão ministrar o curso elementar e



e o curso complementar; as escolas supletivas ministrarão apenas o curso supletivo".

I.N.E.P.- S.O.E., em 5 de maio de 1947

Milton de Andrade Silva
Milton de Andrade Silva
ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO

A' consideração
do Senhor Diretor.

Em 6.5.47

Lenaide Cardoso Schultz
S.O.E.

De acordo. Apresente-se
ao Sr. Secretário de Educação,
que, no momento, se encontra
no Rio. Em 6.5.47

M. A.

MH. 6/5/47

Arquive-se na S.O.E.
L.C. Schultz
13.5.47

Cópia autêntica - O original foi registrado
e está arquiv. na Secretaria da
INTERVENTORIA FEDERAL

Em de de 19



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
PERNAMBUCO

Decreto - Lei n.º 1685 de 4 de Junho de 1947

O Interventor Federal, na conformi-
dade do art. 6º, n. V, do Decreto-Lei Federal n. 1.202, de
8 de Abril de 1939,

DECRETA:

Art. Único - É baixada, nesta data, a Lei
Orgânica do Ensino Primário do Estado de Pernambuco, que a es-
te acompanha, revogadas as disposições em contrario.

(a) Amaro Gomes Pedrosa

(a) Antonio Simão dos Santos Figueira



LEI ORGÂNICA DO ENSINO PRIMÁRIO DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

TÍTULO - I

Das bases da organização do ensino primário

Capítulo - I

Das finalidades do ensino primário

Art. 1º - O ensino primário no Estado de Pernambuco terá as seguintes finalidades:

- a) - oferecer às crianças de sete a doze anos as possibilidades de desenvolvimento integral da personalidade;
- b) - possibilitar-lhes os meios de adaptação ao ambiente social e físico.

Art. 2º - Dentro dessas finalidades, a escola primária é a oficina a que compete:

- a) - aproveitar em cada oportunidade tudo quanto, em relação às necessidades correntes, possa guiar a inteligência e a vocação;
- b) - ministrar uma educação de ação construtiva pelos métodos funcionais;
- c) - proporcionar a todos o conhecimento da vida nacional, despertando, assim, a consciência dos deveres cívicos de cada futuro cidadão;
- d) - habilitá-los ao exercício das virtudes morais e sociais dentro dos princípios de solidariedade humana e das tradições cristãs da nacionalidade.

CAPÍTULO - II

Das categorias do ensino primário e de seus cursos.

Art. 3º - O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino:

- a) - o ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos, ministrados nos Grupos Escolares, escolas reunidas e escolas isoladas do Es-

tado;

- b) - o ensino primário supletivo, destinado a adolescentes e a adultos, ministrado em escolas supletivas, centros operários e escolas paroquiais (escolas noturnas);

Art. 4º - O ensino primário fundamental será ministrado em dois cursos sucessivos: o elementar e o complementar.

Art. 5º - O ensino primário supletivo compreenderá um curso: o supletivo para adolescentes e adultos de ambos os sexos, na Capital e no Interior do Estado.

Capítulo - III

Da ligação do ensino primário com as outras modalidades do ensino.

Art. 6º - O ensino primário manterá articulação com as outras modalidades do ensino:

- 1º - o curso primário elementar se articulará com os cursos profissionais e com os de aprendizagem industrial e agrícola;
- 2º - o curso primário complementar, com o curso ginásial, industrial, agrícola e curso normal regional;
- 3º - o curso supletivo, com os cursos de aprendizagem agrícola e industrial, e com o profissional;
- 4º - os cursos de Jardim da Infância se articularão com o curso primário elementar.

Art. 7º - A educação pré-escolar será ministrada nos jardins da infância às crianças maiores de quatro anos e menores de sete.

Art. 8º - Os jardins da infância funcionarão obrigatoriamente nas escolas de Aplicação anexas às Escolas Normais, e, sempre que possível, nos grupos escolares, de preferência nos situados nas zonas mais necessitadas.

TÍTULO - II

Da Estrutura do Ensino Primário

Capítulo - I

Do Curso Primário Elementar

Art.9ª - O Curso Primário Elementar, com quatro anos de estudos, constará das seguintes matérias e atividades:

- I) - Leitura e linguagem oral e escrita;
- II) - Iniciação à Matemática;
- III) - Geografia e história do Brasil;
- IV) - Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho;
- V) - Desenho e trabalhos manuais;
- VI) - Canto Orfeônico;
- VII) - Educação Física;
- VIII) - Atividades agrícolas;

Capítulo - II

Do curso primário complementar

Art.10ª - No curso primário complementar, de um ano, serão ministradas as seguintes disciplinas e atividades:

- I) - Leitura e linguagem oral e escrita;
- II) - Aritmética e geometria;
- III) - Geografia e história do Brasil, noções de geografia geral dos continentes e história da América;
- IV) - Ciências naturais e higiene;
- V) - Conhecimentos das atividades econômicas de Pernambuco;
- VI) - Trabalhos manuais e práticas educativas de acordo com as atividades econômicas da região;
- VII) - Canto Orfeônico;
- VIII) - Educação Física;
- IX) - Desenho.

Parágrafo único - Aos alunos do sexo feminino serão ministrados, ainda conhecimentos de economia doméstica e de puericultura.

Capítulo-III

Do Curso Primário Supletivo

Art.11ª - No Curso Primário Supletivo, para dolescentes e adultos, com dois anos de estudo, serão ministradas as seguintes disciplinas e atividades:

- I) - Leitura e linguagem oral e escrita;
- II) - Aritmética e Geometria;
- III) - Geografia e história do Brasil;
- IV) - Ciências naturais e higiene;
- V) - Noções de direito usual (legislação do trabalho, obrigações da vida civil e militar)
- IV) - Desenho.

Parágrafo único - Aos alunos do sexo feminino serão ministrados, ainda, conhecimentos de economia doméstica e de puericultura;

Art. 12º - Onde se tornarem necessárias, poderão funcionar, em caráter de emergência, classes de alfabetização, para adolescentes e adultos.

Capítulo - IV

Da Orientação geral do Ensino Primário Fundamental

Art. 13º - O Ensino Primário Fundamental deverá atender aos seguintes princípios:

- a) - por em prática os meios e ocupações capazes de despertar os interesses da criança;
- b) - atender às condições vitais do aluno e às suas possibilidades de existência dum determinado meio;
- c) - adaptar-lhe os processos de ensino ou educação;
- d) - despertar na criança o conceito e o valor da solidariedade humana e do trabalho em comum;
- e) - distribuir o trabalho escolar de modo que ele seja uma fonte de seleção individual, guiando a inteligência e a vocação;
- f) - despertar um sadio sentimento de nacionalidade pelo estudo das coisas brasileiras.

Capítulo - V

Da orientação do Ensino Primário Supletivo

Art. 14º - O Ensino Primário Supletivo atenderá aos princípios estabelecidos no "Plano de Ensino Supletivo".

Capítulo - VI

Dos programas do ensino primário

Art.15º - O ensino primário obedecerá aos programas apresentados pelos órgãos técnicos do Ministério de Educação e Saúde, convenientemente adaptados às necessidades regionais.

Art.16º - Os estabelecimentos de ensino primário poderão ministrar o ensino religioso, contanto que esse ensino não implique em obrigatoriedade.

TÍTULO - III

Da Vida Escolar

Capítulo - I

Do Ano Escolar

Art.17º - O ano escolar será de dez meses, dividido em dois períodos letivos, entre os quais se intercalarão trinta dias de férias. De um para outro ano escolar, haverá dois meses de férias.

Art.18º - O período de férias que dividirá o ano letivo irá de 20 de junho a vinte de julho e as férias de um para outro ano escolar corresponderão aos meses de dezembro e janeiro.

Capítulo - II

Da admissão aos cursos

Art.19º - Serão admitidas à matrícula na primeira série do curso elementar as crianças analfabetas de sete anos de idade. Poderão ser admitidas, também, as que completarem sete anos até 1 de junho do ano da matrícula, desde que apresentem a necessária maturidade para os estudos. Serão matriculadas, nas demais séries do mesmo curso, as crianças que tiverem obtido aprovação na série anterior e, ainda, aquelas que, mediante verificação de estudos já feitos, possam ser classificadas em tais séries.

Art.20º - Serão admitidas à matrícula, no curso complementar, as crianças que tiverem aprovação final no curso elementar.

Art.21º - Serão admitidos à matrícula nos cursos supletivos os maiores de treze anos que necessitem de seu ensino.

Art.22º - É admitida a transferência das matrículas de um para outro estabelecimento.

lecimento de ensino primário, em qualquer época do ano.

Capítulo - III

Da avaliação dos resultados do ensino

Art. 23º - O aproveitamento dos alunos, verificado por meio de exercícios e exames, será avaliado em notas que se graduarão de zero a cem.

Parágrafo único - A verificação do aproveitamento escolar realizar-se-á mediante a aplicação de provas e medidas objetivas de rendimento.

Art. 24º - Aos alunos que concluírem quaisquer dos cursos de ensino primário será expedido o correspondente certificado.

TÍTULO - IV

Da administração e organização do Ensino Primário

Capítulo - I

Do Ensino Oficial e do Ensino Livre

Art. 25º - O ensino primário é mantido pelos poderes públicos e é livre a iniciativa particular.

Art. 26º - A direção suprema do ensino primário no Estado de Pernambuco cabe ao Governador, auxiliado pelo Secretário de Saúde e Educação e pelo Diretor do Departamento de Educação.

Art. 27º - O ensino primário a cargo dos Municípios ficará sob a superintendência e fiscalização do Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Saúde e Educação e do Departamento de Educação.

Art. 28º - As pessoas naturais e pessoas jurídicas de direito privado que mantenham estabelecimento de ensino primário, serão considerados no desempenho de função de caráter público.

Capítulo - II

Dos sistemas de ensino primário

Art. 29º - Os estabelecimentos de ensino primário, públicos e particulares, registrados no Departamento de Educação, neste Estado, obedecerão a um só sistema escolar com a devida unidade de organização e direção.

Art.30ª - Em tempo oportuno será expedida a organização do ensino primário no que se refere ao planejamento do ensino em cada ano, à organização do plano de construção e aparelhamento escolar, ao magistério primário em geral (corpo docente e administrativo), aos órgãos técnicos para direção, orientação e fiscalização do ensino primário, à organização dos serviços de assistência aos escolares, à organização das instituições complementares da escola.

Capítulo - III

Dos tipos de estabelecimentos de ensino primário

Art.31ª - Os estabelecimentos de ensino primário, mantidos pelos poderes públicos, terão as seguintes designações:

- I) - Escola isolada (E.I.) - escola com uma só turma de alunos dirigidos por um só professor;
- II) - Escolas reunidas (E.R.) - escolas com duas a quatro turmas de alunos e números correspondentes de professores;
- III) - Grupo escolar (G.E.) - estabelecimento de ensino com 5 ou mais turmas de alunos e número igual ou superior de professores;
- IV) - Escolas Supletivas (E.S.) - estabelecimento onde se ministre o Ensino Supletivo, qualquer que seja o número de alunos e de professores.

Art.32ª - Nas escolas isoladas e escolas reunidas da Capital e do Interior do Estado, será ministrado somente o ensino elementar; nos grupos escolares poderão ser ministrados o curso elementar e o curso complementar, além do curso de jardim da infância, nas escolas supletivas será ministrado, apenas, o ensino supletivo.

Art.33ª - Aos estabelecimentos de ensino primário fundamental; mantidos por particulares, serão dadas as seguintes designações, independentemente de número de seus alunos e professores:

- I) - curso elementar - quando ministre, apenas, o curso elementar;
- II) - curso primário - quando ministre o curso elementar e o curso complementar.

III) - curso supletivo - quando minstre o curso supletivo.

Art.34ª - As escolas só poderão ministrar o ensino referente aos cursos indicados pela designação que recebem.

Se, em um mesmo prédio, foram ministrados o ensino fundamental e ensino supletivo, as classes deste último formarão unidade à parte.

Art.35ª - Aos estabelecimentos de ensino primário só poderão ser atribuídos nomes de pessoas de caráter íntegro, já falecidas, que hajam prestado relevantes serviços à humanidade, ao país, ao Estado ou ao Município.

Art.36ª - Nenhum estabelecimento particular poderá funcionar no Estado, sem que proceda registro no Departamento de Educação do Estado.

Art.37ª - No Departamento de Educação haverá um livro especial destinado ao registro gratuito de todos os estabelecimentos particulares de ensino.

Art.38ª - Para que se faça o registro, torna-se necessário que o diretor do estabelecimento ou pessoa pelo mesmo responsável satisfaça às seguintes condições:

- a) - prova de ser o estabelecimento de ensino dirigido por brasileiro nato;
- b) - atestado de saúde e de idoneidade moral, social e técnica das pessoas encarregadas da administração e do ensino;
- c) - prova de que as instalações atendam às exigências higienicas e pedagógicas;
- d) - obediência aos programas e regimentos oficiais do ensino primário;
- e) - remessa dos dados estatísticos ao Departamento competente.

Capítulo - IV

Do magistério primário

Art.39ª - Afim de obterem direito à nomeação de professor primário, os candidatos ao magistério deverão atender às seguintes exigências:

- a) - ser brasileiro nato;
- b) - ser maior de 18 anos;
- c) - gozar de boa saúde física e mental;

d) - apresentar diploma de conclusão do curso normal;

Paragrafo único - A nomeação para a capital dependerá de outras exigências que serão estabelecidas em regulamentação especial.

Art.40ª - Os cargos de diretores de escolas públicas primárias serão preenchidos de acôrdo com as determinações do art. 36 do Capítulo IV do Título IV da Lei Orgânica do Ensino Primário, Decreto-lei nº 8529, de 2 de janeiro de 1946.

Capítulo - V

Das instituições complementares da escola

Art.41ª - Os estabelecimentos de ensino primário organizarão e instalarão instituições de finalidade educativa e de carater assistencial e cultural como sejam:

- a) - Grêmios Literários;
- b) - Caixas Escolares;
- c) - Cooperativas Escolares;
- d) - Clubes Agrícolas Escolares;
- e) - Círculos de Pais e Mestres.

Capítulo - VI

Da construção e do aparelhamento escolar

Art.42ª - Os prédios destinados à instalação dos cursos primários, quando à sua construção e aparelhamento, obedecerão às normas estabelecidas em lei.

TÍTULO - V

Da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário

Capítulo - I

Da gratuidade

Art.43ª - O ensino primário é gratuito, nos estabelecimentos oficiais.

Art.44ª - Com o fim de desenvolver na criança espírito de solidariedade humana e de justiça social, organizar-se-á a Federação das Caixas Escolares.

Art.45ª - A organização do funcionamento e a da aplicação dos recursos das caixas escolares serão estabelecidas em regulamento próprio.

Capítulo - II

Da obrigatoriedade de matrícula e frequência escolar.

- Art. 46º - O ensino primário elementar é obrigatório para todas as crianças nas idades de 7 a 12 anos, tanto no que se refere à matrícula como no que diz respeito à frequência regular às aulas.
- Art. 47º - São obrigados à matrícula e à frequência escolar as crianças que residirem no raio de dois quilômetros de cada escola pública.
- Art. 48º - Ficam isentas da obrigatoriedade estabelecida no art. anterior:
- a) - as crianças fisicamente incapazes;
 - b) - as que recebem instrução particular;
 - c) - as que não obtiverem matrícula nas escolas.
- Art. 49º - Os pais, tutores ou quem os substitua, são responsáveis pela matrícula e frequência das crianças obrigadas à escola primária.
- Art. 50º - Estão sujeitos às penas constantes do art. 246, do Decreto-lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940, (Código Penal), os pais ou responsáveis pelos menores de 7 a 12 anos que, por inércia infringirem os preceitos da obrigatoriedade escolar.
- Art. 51º - Incorrerão na mesma infração os patrões que, de qualquer modo impedirem ou dificultarem que menores ao seu serviço frequentem a escola.
- Art. 52º - O Departamento de Educação baixará regulamentos especiais sobre a obrigatoriedade escolar e organizará o Serviço de Cadastro Escolar, destinado ao registro dos movimentos de frequência e matrícula das escolas e ao estudo das causas que determinam as oscilações verificadas nesse particular.
- Art. 53º - Nas escolas isoladas, cuja matrícula não atingir ao efetivo estabelecido na organização geral do ensino primário, pela falta de crianças de 7 a 12 anos, serão admitidos à matrícula alunos que ultrapassarem a idade determinada.

TÍTULO - VII

Das disposições gerais e transitórias.

- Art. 54º - Sempre que for necessário, os poderes públicos organizarão estudos e pesquisas especiais.



Processo nº 826/47.

Apreciação sôbre a Lei Orgânica do Ensino Primário de Pernambuco.

Senhor Chefe,

Consta o presente processo do ofício nº 379, de 6 de junho de 1947, do Sr. Secretário de Saúde e Educação do Estado de Pernambuco, que encaminha a êste Instituto cópia do Decreto-lei estadual nº 1685, de 4 do corrente, referente à adaptação do ensino primário na citada unidade federada.

2. O Decreto-lei em aprêço está de acôrdo com os requisitos estabelecidos pela legislação federal e na sua elaboração foram levadas em conta todas as sugestões e ponderações apresentadas por êste Instituto à Secretaria de Saúde e Educação de Pernambuco pelo ofício nº 105, de 7 de maio de 1947, e relacionadas com o ante-projeto então submetido à apreciação do I.N.E.P.

3. Proponho a remessa de expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Educação de Pernambuco acusando o recebimento e louvando-o pela contribuição que vem prestando ao desenvolvimento do ensino primário.

I.N.E.P. - S.O.E., em 2 de julho de 1947.

Milton de Andrade Silva

Milton de Andrade Silva

Assistente de Educação

*De acôrdo. A consideração
do Sr. Diretor.*

Em 2.7.47

CA/1.7.47

Genoide Cardoso Schultz

de acôrdo. In 11/7/47

Er. Prof.

M. E. S.
INSTITUTO NACIONAL
DE
ESTUDOS PEDAGÓGICOS

25 JUN. 47.

PROTOCOLO

N.º

871/47

Ofício n.º 972

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PERNAMBUCO

Recife, 20 de Junho de 1947.

A' SOE. R 23/6/47

Ilustríssimo Senhor.

Para os devidos fins, estou remetendo a essa diretoria, recortes do "Diário Oficial", em que foram publicados o Regulamento do Departamento de Educação, a Lei Orgânica do Ensino Primário, além de outras notas.

2 Devo informar, também, a V.S. que, anexos ao ofício nº 906 dêste Departamento, seguiram para o Serviço de Educação de Adultos, todos os mapas do ensino supletivo, contendo cada um:

- a - Município
- b - Número de escolas
- c - Nome do professor
- d - Localidade
- e - Data de exercício

Quero declarar não estar completa a parte informativa referente às datas de exercício; isto por que, em face da dificuldade dos meios de comunicação com o interior do Estado, não é possível, sem longos prazos, pôr em dia as correspondências. Não desejando, porém demorar as comunicações principais, tomei a deliberação de enviar o já organizado, ficando os últimos dados.

3 Deverei dirigir, por estes dias, para o Professor Francisco Jarussi um mapa do Estado com as indicações de local das escolas supletivas. Na mesma ocasião farei para V.S. idêntico trabalho relativo às escolas fundamentais comuns, de acordo com as localizações por entrância.



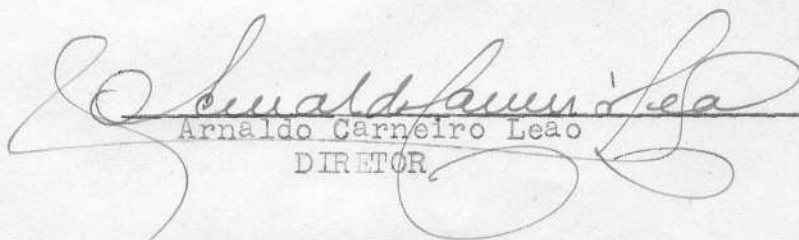
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PERNAMBUCO

- 2 -

4 Quero ainda informar a V.S. que as novecentas escolas supletivas entraram em funcionamento, antes de 15 de Junho, sendo que a maioria em 15 de Abril.

5 Completando a presente remessa de documentos para essa Diretoria, junto uma brochura contendo sugestões deste Departamento dirigidas à Assembléia Constituinte, as quais se encontram fixadas notas em torno dos Serviços de Merenda Escolar, Diretoria de Educação, Instituto de Educação e Magistério em geral.

Valho-me do ensejo para renovar a V.S. os protestos de elevada consideração.


Arnaldo Carneiro Leão
DIRETOR

Ilustríssimo Senhor Doutor Murilo Braga
Digníssimo Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Ministério de Educação
RIO DE JANEIRO

Remessa de documentação referente ao ensino primário e normal de Pernambuco.

Senhor chefe,

Consta o presente processo do ofício nº 972, de 20 de junho de 1947, do Sr. Diretor do Departamento de Educação do Estado de Pernambuco, que encaminha documentação e presta informações sobre o ensino primário e normal na referida unidade federada.

2. Foram remetidos:

a) recortes do "Diário Oficial" do Estado, em que foram publicados o Regulamento do Departamento de Educação e a Lei Orgânica do Ensino Primário, a qual já foi apreciada por esta Secção ao dar parecer no processo nº 826/47;

b) recortes de jornais contendo entrevistas e notícias sobre a situação do ensino em Pernambuco, especialmente primário e normal, inclusive a que foi dada pelo Sr. Secretário de Saúde e Educação ao "Diário da Manhã";

c) cópia das sugestões que o Departamento de Educação enviou à Assembléa Constituinte Estadual, onde se encontram notas sobre a situação do magistério, ensino primário, profissional e supletivo, Instituto de Educação, prédio e instalações escolares.

3. As informações do ofício referem-se às atividades que o Departamento vem desenvolvendo de acordo com o plano estabelecido pelo Serviço de Educação de Adultos deste Ministério e, no item 3, comunica-se a breve remessa de mapa do Estado indicando as localizações das escolas de ensino primário fundamental.

4. Proponho a remessa de expediente ao Sr. Diretor do Departamento de Educação de Pernambuco acusando o recebimento e agradecendo a remessa; podendo o processo ser arquivado em seguida.

I.N.E.P.- S.O.E., em 5 de julho de 1947.

Milton de Andrade Silva
Milton de Andrade Silva
Assistente de Educação

De acordo. A' consideração
do Sr. Diretor.

Em 5. 7. 47.

Zenaida Cardoso Schultz
Chefe da S.O.E.

Aprov. em 11/7/47

Luiz P. B. P.

3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

DISTRIBUIÇÃO

Lei Orgânica do Ensino Pri-
mário no Estado de Pernambuco

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

LEI ORGÂNICA DO ENSINO PRIMÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
(DECRETO - LEI Nº 1685, DE 4 DE JUNHO DE 1947)

TÍTULO 1.

Das bases da organização do Ensino Primário.

CAPÍTULO 1.

Das finalidades do Ensino Primário.

Art. 1º - O Ensino Primário no Estado de Pernambuco terá as seguintes finalidades:

- a) - oferecer às crianças de 7 a 12 anos as possibilidades de desenvolvimento integral da personalidade;
- b) - possibilitar-lhes os meios de adaptação ao ambiente social e físico.

Art. 2º - Dentro dessas finalidades a escola primária é a oficina a que compete:

- a) - aproveitar em cada oportunidade tudo quanto, em relação às necessidades correntes, possa guiar a inteligência e a vocação;
- b) - ministrar uma educação de ação construtiva pelos métodos funcionais;
- c) - proporcionar a todos o conhecimento da vida nacional, despertando, assim, a consciência dos deveres cívicos de cada futuro cidadão;
- d) - habilitá-los ao exercício das virtudes morais e sociais dentro dos princípios de solidariedade humana e das tradições cristãs da nacionalidade.

CAPÍTULO II.

Das categorias do Ensino primário e de seus cursos.

Art. 3º - O Ensino Primário abrangerá duas categorias de Ensino:

- a) - O ensino primário fundamental, destinado às crianças de 7 a 12 anos, ministrado nos Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Escolas Isoladas do Estado;
- b) - O ensino primário supletivo, destinado a adolescentes e a adultos, ministrado em Escolas Supletivas, Centros Operários, e Escolas Paroquiais (Escolas Noturnas).

Art. - 4º - O Ensino Primário fundamental será ministrado em dois cursos sucessivos: o elementar e o complementar.

Art. - 5º - O Ensino Primário Supletivo compreenderá um curso: o supletivo para adolescentes e adultos de ambos os sexos, na Capital e no Interior do Estado.

CAPÍTULO III.

Da ligação do ensino primário com as outras modalidades do ensino.

Art. - 6º - O Ensino Primário manterá articulação com as outras modalidades do ensino;

1º - O curso primário elementar se articulará com os cursos profissionais e com os de aprendizagem industrial e agrícola;

2º - O curso primário complementar, com o curso ginásial, industrial, agrícola e curso normal regional;

3º - O curso supletivo, com os cursos de aprendizagem agrícola e industrial, e com o profissional;

4º - Os cursos de Jardim da Infância se articularão com o curso primário elementar;

Art. - 7º - A educação pré escolar será ministrada nos Jardins da Infância às crianças maiores de 4 anos e menores de 7.

Art. - 8º - Os Jardins da Infância funcionarão obrigatoriamente nas escolas de aplicação anexas às Escolas Normais, e, sempre que possível, nos Grupos Escolares, de preferência nos situados nas zonas mais necessitadas.

TÍTULO II.

Da estrutura do Ensino Primário.

CAPÍTULO I.

Do curso primário elementar.

Art. - 9º - O curso Primário elementar, com 4 anos de estudos, constará das seguintes matérias e atividades:

- 1) - Leitura e linguagem oral e escrita;
- II) - Iniciação à Matemática;
- III) - Geografia e História do Brasil;
- IV) - Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho;
- V) - Desenho e trabalhos manuais;
- VI) - Canto Orfeônico;
- VII) - Educação Física;
- VIII) - Atividades agrícolas;

CAPÍTULO II.

Do Curso Primário Complementar.

Art. 10º - No Curso Primário complementar, de um ano, serão ministrados as seguintes disciplinas e atividades:

- 1) - Leitura e linguagem oral e escrita;
- II) - Aritmética e geometria;
- III) - Geografia e História do Brasil, noções de Geografia geral dos continentes e História da América;
- IV) - Ciências Naturais e Higiene;
- V) - Conhecimentos das atividades econômicas de Pernambuco;
- VI) - Trabalhos manuais e práticas educativas de acordo com as atividades econômicas da região;
- VII) - Canto Orfeônico;
- VIII) - Educação Física;
- IX) - Desenho.

§ - Único - Aos alunos do sexo feminino serão ministrados, ainda, conhecimentos de economia doméstica e de puericultura.

CAPÍTULO III.

Do Curso Primário Supletivo.

Art. - 11º - No curso primário supletivo, para dolescentes e adultos com 2 anos de estudo, serão ministradas as seguintes disciplinas e atividades:

- 1) - Leitura e linguagem oral e escrita;
- II) - Arimética e geometria;
- III) - Geografia e História do Brasil;
- IV) - Ciências Naturais e Higiêne;
- V) - Noções de Direito Usual (legislação do trabalho, obrigações da vida civil e militar);
- VI) - Desenho.

§ - Único - Aos alunos do sexo feminino serão ministrados, ainda, conhecimentos de economia doméstica e de puericultura.

Art. - 12º - Onde se tornarem necessárias, poderão funcionar, em caráter de emergência, classes de alfabetização, para adolescentes e adultos.

CAPÍTULO IV.

Da orientação geral do Ensino Primário Fundamental.

Art. - 13º - O Ensino Primário Fundamental deverá atender aos seguintes princípios:

- a) - por em prática os meios e ocupações capazes de despertar os interêsses da criança;
- b) - atender às condições vitais do aluno e às suas possibilidades de existêndia dum determinado meio;
- c) - adaptar-lhe os processos do ensino ou educação;
- d) - despertar na criança o conceito e o valor da solidariedade humana e do trabalho em comum;
- e) - distribuir o trabalho escolar de modo que ele seja uma fonte de seleção individual, guiando a inteligência e a vocação;
- f) - despertar um sadio sentimento de nacionalidade pelo estudo das coisas brasileiras.

CAPÍTULO V.

Da orientação do Ensino Primário Supletivo.

Art. - 14º - O Ensino Primário Supletivo atenderá aos municípios estabelecidos no plano de ensino supletivo.

CAPÍTULO VI.

Dos programas do Ensino Primário.

Art. - 15º - O Ensino Primário obedecerá aos programas apresentados pelos órgãos técnicos do Ministério de Educação e Saúde, convenientemente adaptadas às necessidades regionais.

Art. - 16º - Os estabelecimentos de ensino primário poderão ministrar o ensino religioso, contanto que esse ensino não implique em obrigatoriedade.

TÍTULO III.

Da vida escolar.

CAPÍTULO I.

Do ano escolar.

Art. - 17º - O ano escolar será de 10 meses, dividido em 2 períodos letivos, entre os quais intercalarão 30 dias de férias. De um para outro ano escolar, haverá 2 meses de férias.

Art. - 18º - O período de férias que dividirá o ano letivo irá de 20 de Junho a 20 de Julho e as férias de um para outro ano escolar corresponderão aos meses de Dezembro e Janeiro.

CAPÍTULO II.

Da admissão aos cursos.

Art. - 19º - Serão admitidas à matrícula na primeira série do curso elementar as crianças analfabetas de 7 anos de idade. Poderão ser admitidas, também, as que completarem 7 anos até 1º de Junho do ano da matrícula, desde que apresentem a necessária maturidade para os estudos. Serão matriculadas nas demais séries do mesmo curso, as crianças que tiverem obtido aprovação na série anterior e, ainda, aquelas que, mediante verificação de estudos já feitos, possam ser classificadas em tais séries.

Art. - 20º - Serão admitidas à matrícula no curso complementar as crianças que tiverem aprovação final no curso elementar.

Art. - 21º - Serão admitidos à matrícula nos cursos supletivos os maiores de 13 anos que necessitem de seu ensino.

Art. - 22º - É admitida a transferência de matrículas de um para outro estabelecimento de ensino primário, em qualquer época do ano.

CAPÍTULO III.

Da avaliação dos resultados de ensino.

Art. - 23º - O aproveitamento dos alunos, verificado por meio de exercícios e exames, será avaliado em notas que se graduarão de 0 a 100.

§ - Único- A verificação do aproveitamento escolar realizar-se-á mediante a aplicação de provas e medidas objetivas de rendimento.

Art. - 24º - Aos alunos que concluírem quaisquer dos cursos de ensino primário será expedido o correspondente certificado.

TÍTULO IV.

Da administração e organização do ensino primário.

CAPÍTULO I.

Do Ensino Oficial e do Ensino livre.

Art. - 25º - O Ensino Primário é mantido pelos poderes públicos e é livre a iniciativa particular.

Art. - 26º - A direção suprema do ensino primário no Estado de Pernambuco cabe ao Governador, auxiliado pelo Secretário de Estado dos Negócios de Saúde e Educação e pelo Diretor do Departamento de Educação.

Art. - 27º - O Ensino Primário a cargo dos municípios ficará sob a superintendência e fiscalização do Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde e Educação e do Departamento de Educação.

Art. - 28º - As pessoas naturais e pessoas jurídicas de direito privado que mantenham estabelecimentos de ensino primário, serão consideradas no desempenho de função de caráter público.

CAPÍTULO II.

Dos sistemas de ensino primário.

Art. - 29º - Os estabelecimentos de ensino primário, públicos e particulares, registrados no Departamento de Educação, neste Estado, obedecerão a um só sistema escolar com a devida unidade de organização e direção.

Art. - 30º - Em tempo oportuno será expedida a organização do ensino primário no que se refere ao planejamento do ensino em cada ano, à organização do plano de construção e aparelhamento escolar, ao magistério primário em geral (corpo docente e administrativo), aos órgãos técnicos para direção, orientação e fiscalização do ensino primário, à organização dos serviços de assistência aos escolares, à organização das instituições complementares da escola.

CAPÍTULO III.

Dos tipos de estabelecimentos de ensino primário.

Art. - 31º - Os estabelecimentos de ensino primário, mantidos pelos poderes públicos, terão as seguintes designações;

- 1º) - Escola Isolada (E.I.) - Escola com uma só turma de alunos dirigidos por um só professor;
- 2º) - Escolas Reunidas (E.R.) - Escolas com duas a quatro turmas de alunos e número correspondente de professores;
- 3º) - Grupo Escolar (G.E.) - estabelecimento de ensino com 5 ou mais turmas de alunos e número igual ou superior de professores;
- 4º) - Escolas Supletivas (E.S.) - estabelecimento onde se ministre o Ensino Supletivo qualquer que seja o número de alunos e de professores.

Art. - 32º - Nas Escolas Isoladas e Escolas Reunidas da Capital e do Interior do Estado, será ministrado somente o ensino elementar; nos Grupos Escolares poderão ser ministrados o curso elementar eo curso complementar, além do curso de Jardim da Infância; nas Escolas Supletivas, será ministrado, apenas, o Ensino Supletivo.

Art. - 33º - Aos estabelecimentos de Ensino Primário fundamental mantido por particulares, serão dadas as seguintes designações, independenten-

temente do número de seus alunos e professores:

- 1º) - Curso elementar - quando ministre, apenas, o curso elementar;
- 2º) - Curso primário - quando ministre o curso elementar e o curso complementar;
- 3º) - Curso supletivo - quando ministre o curso supletivo.

Art. - 34º - As escolas só poderão ministrar o ensino referente aos cursos indicados pela designação que recebem.

Se em mesmo prédio, forem ministrados o ensino fundamental e ensino supletivo, as classes dêste último formarão unidade à parte.

Art. - 35º - Aos estabelecimentos de ensino primário só poderão ser atribuídos nomes de pessoas de caráter íntegro, já falecidas, que hajam prestado relevantes serviços à humanidade, ao país ou ao Estado ou ao Município.

Art. - 36º - Nenhum estabelecimento particular poderá funcionar no Estado, sem que proceda registro no Departamento de Educação do Estado.

Art. - 37º - No Departamento de Educação haverá um livro especial destinado ao registro gratuito de todos os estabelecimentos particulares de ensino.

Art. - 38º - Para que se faça o registro, tornar-se-á necessário que o Diretor do estabelecimento ou pessoa pelo mesmo responsável satisfaça às seguintes condições:

- a) - prova de ser o estabelecimento de ensino dirigido por brasileiro nato;
- b) - atestado de saúde e de idoneidade moral, social e técnica das pessoas encarregadas da administração do ensino;
- c) - prova de que as instalações atendam as exigências higiênicas e pedagógicas;
- d) - obediência aos programas e regimentos oficiais do ensino primário;
- e) - remessa dos dados estatísticos ao Departamento competente.

CAPÍTULO IV

Do magistério primário.

Art. - 39º - Afin de obterem direito à nomeação de professor primário, os candidatos ao magistério deverão atender às seguintes exigências:

- a) - Ser brasileiro nato;
- b) - Ser maior de 18 anos;
- c) - Gosar de boa saúde física e mental;
- d) - Apresentar diploma de conclusão do curso normal.

§ - Único - A nomeação para a capital dependerá de outras exigências que serão estabelecidas em regulamento especial.

Art. - 40º - Os cargos de diretores de escolas públicas primárias serão preenchidos de acordo com as determinações do art. 36 do capítulo IV do título IV da Lei Orgânica do Ensino Primário, Decreto-Lei 8529, de 2 de Janeiro de 1946.

Das instituições complementares da escola.

Art. - 41º - Os estabelecimentos de ensino primário organizarão e instalarão instituições de finalidade educativa e do caráter assistencial e cultural como sejam:

- a) - Grêmios Literários;
- b) - Caixas Escolares;
- c) - cooperativas Escolares;
- d) - Clubes Agrícolas Escolares;
- e) - Círculos de Pais e Mestres.

CAPÍTULO VI

Da construção e do aparelhamento escolar.

Art. - 42º - Os prédios destinados a instalação dos cursos primários, quanto à sua construção e aparelhamento, obedecerão às normas estabelecidas em lei.

TÍTULO V.

Da gratuidade e obrigatoriedade de ensino primário.

CAPÍTULO I.

Da gratuidade.

Art. - 43º - O ensino primário é gratuito, nos estabelecimentos oficiais.

Art. - 44º - Com o fim de desenvolver na criança espírito de solidariedade humana e de justiça social, organizar-se-á Federação das Caixas.

LEI ORGÂNICA DO ENSINO PRIMÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TÍTULO I

Das bases da organização do ensino primário

CAPÍTULO I

Das finalidades do ensino primário

ART. 1º - O ensino primário no Estado de Pernambuco terá as seguintes finalidades:

- a) - oferecer às crianças de sete a doze anos as possibilidades de desenvolvimento integral da personalidade;
- b) - possibilitar-lhes os meios de adaptação ao ambiente social e físico.

ART. 2º - Dentro dessas finalidades, a escola primária é a oficina a que compete:

- a) - aproveitar em cada oportunidade tudo quanto, em relação às necessidades correntes, possa guiar a inteligência e a vocação;
- b) - ministrar uma educação de ação construtiva pelos métodos funcionais;
- c) - proporcionar a todos o conhecimento da vida nacional, despertando, assim, a consciência dos deveres cívicos de cada futuro cidadão;
- d) - habilitá-los ao exercício das virtudes morais e sociais dentro dos princípios de solidariedade humana e das tradições - cristãs da nacionalidade.

CAPÍTULO II

Das categorias do ensino primário e de seus cursos

ART. 3º - O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino:

- a) - o ensino primário fundamental, destinado às crianças - de sete a doze anos, ministrados nos Grupos Escolares, escolas - reunidas e escolas isoladas do Estado;
- b) - o ensino primário supletivo, destinado a adolescentes e a adultos, ministrado em escolas supletivas, centros operários e escolas paróquiais (escolas noturnas).

ART. 4º - O ensino primário fundamental será ministrado em dois cursos sucessivos: o elementar e o complementar.

ART. 5º - O ensino primário supletivo compreenderá um curso: o supletivo para adolescentes e adultos de ambos os sexos, na Capital e no Interior do Estado.

CAPÍTULO III

Da ligação do ensino primário com as outras modalidades do ensino.

ART. 6º - O ensino primário manterá articulação com as outras modalidades do ensino:

1º - o curso primário elementar se articulará com os cursos profissionais e com os de aprendizagem industrial e agrícola;

2º - o curso primário complementar, com o curso ginasial, industrial, agrícola e curso normal regional;

3º - o curso supletivo, com os cursos de aprendizagem agrícola e industrial, e com o profissional;

4º - os cursos de Jardim da Infância se articularão com o curso primário elementar.

ART. 7º - A educação pré-escolar será ministrada nos jardins da infância às crianças maiores de quatro anos e menores de sete.

ART. 8º - Os jardins da infância funcionarão obrigatoriamente nas escolas de Aplicação anexas às Escolas Normais, e, sempre que possível, nos grupos escolares, de preferência nos situados nas zonas mais necessitadas.

TÍTULO II

Da Estrutura do Ensino Primário

CAPÍTULO I

Do Curso Primário Elementar

ART. 9º - O Curso Primário Elementar, com quatro anos de estudos, constará das seguintes matérias e atividades:

- I) - Leitura e linguagem oral e escrita;
- II) - Iniciação à Matemática;
- III) - Geografia e história do Brasil;
- IV) - Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho;
- V) - Desenho e trabalhos manuais;
- VI) - Canto Orfeônico;
- VII) - Educação Física;
- VIII) - Atividades agrícolas.

CAPÍTULO II

Do curso primário complementar

ART. 10º - No curso primário complementar, de um ano, serão ministradas as seguintes disciplinas e atividades:

- I) - Leitura e linguagem oral e escrita;
- II) - Aritmética e geometria;
- III) - Geografia e história do Brasil, noções de geografia-geral dos continentes e história da América;
- IV) - Ciências naturais e higiene;
- V) - Conhecimentos das atividades econômicas de Pernambuco ;
- VI) - Trabalhos manuais e práticas educativas de acôrdo com as atividades econômicas da região;
- VII) - Canto Orfeônico;
- VIII) - Educação Física;
- IX) - Desenho.

Parágrafo único - Aos alunos do sexo feminino serão ministra dos ainda conhecimentos de economia doméstica e de puericultura.

CAPÍTULO III

Do Curso Primário Supletivo

ART. 11º - No Curso Primário Supletivo, para adolescentes e-adultos, com dois anos de estudo, serão ministradas as seguintes-disciplinas e atividades:

- I) - Leitura e linguagem oral e escrita;
- II) - Aritmética e Geometria;
- III) - Geografia e história do Brasil;
- IV) - Ciências naturais e higiene;
- V) - Noções de direito usual (legislação do trabalho, obriga-ções da vida civil e militar);
- VI) - Desenho.

Parágrafo único - Aos alunos do sexo feminino serão ministra dos, ainda, conhecimentos de economia doméstica e de puericultura.

ART. 12º - Onde se tornarem necessárias, poderão funcionar , em caráter de emergência, classes de alfabetização, para adoles-centes e adultos.

CAPÍTULO IV

Da orientação geral do Ensino Primário Fundamental

ART. 13º - O Ensino Primário Fundamental deverá atender aos seguintes princípios:

- a) - por em prática os meios e ocupações capazes de despertar os interesses da criança;
- b) - atender às condições vitais do aluno e às suas possibilidades de existência dum determinado meio;
- c) - adaptar-lhe os processos de ensino ou educação;
- d) - despertar na criança o conceito e o valor da solidariedade humana e do trabalho em comum;
- e) - distribuir o trabalho escolar de modo que êle seja uma fonte de seleção individual, guiando a inteligência e a vocação;
- f) - despertar um sadio sentimento de nacionalidade pelo estudo das coisas brasileiras.

CAPÍTULO V

Da orientação do Ensino Primário Supletivo

ART. 14º - O Ensino Primário Supletivo atenderá aos princípios estabelecidos no "Plano de Ensino Supletivo".

CAPÍTULO VI

Dos programas do ensino primário

ART. 15º - O ensino primário obedecerá aos programas apresentados pelos órgãos técnicos do Ministério de Educação e Saúde, convenientemente adaptados às necessidades regionais.

ART. 16º - Os estabelecimentos de ensino primário poderão administrar o ensino religioso, contanto que êsse ensino não implique em obrigatoriedade.

TÍTULO III

Da Vida Escolar

CAPÍTULO I

Do Ano Escolar

ART. 17º - O ano escolar será de dez meses, dividido em dois períodos letivos, entre os quais se intercalarão trinta dias de férias. De um para outro ano escolar, haverá dois meses de férias.

ART. 18º - O período de férias que dividirá o ano letivo irá de 20 de junho a vinte de julho e as férias de um para outro ano-escolar corresponderão aos meses de dezembro e janeiro.

CAPÍTULO II

Da admissão aos cursos

ART. 19º - Serão admitidas à matrícula na primeira série do curso elementar as crianças analfabetas de sete anos de idade. Poderão ser admitidas, também, as que completarem sete anos até 1 de junho do ano da matrícula, desde que apresentem a necessária maturidade para os estudos. Serão matriculadas, nas demais séries do mesmo curso, as crianças que tiverem obtido aprovação na série anterior e, ainda, aquelas que, mediante verificação de estudos já-feitos, possam ser classificadas em tais séries.

ART. 20º - Serão admitidas à matrícula, no curso complementar, as crianças que tiverem aprovação final no curso elementar.

ART. 21º - Serão admitidos à matrícula nos cursos supletivos os maiores de treze anos que necessitem de seu ensino.

ART. 22º - É admitida a transferência das matrículas de um para outro estabelecimento de ensino, primário, em qualquer época do ano.

CAPÍTULO III

Da avaliação dos resultados do ensino

ART. 23º - O aproveitamento dos alunos, verificado por meio de exercícios e exames, será avaliado em notas que se graduarão de zero a cem.

Parágrafo único - A verificação do aproveitamento escolar - realizar-se-á mediante a aplicação de provas e medidas objetivas de rendimento.

ART. 24º - Aos alunos que concluírem quaisquer dos cursos de ensino primário será expedido o correspondente certificado.

TÍTULO IV

Da administração e organização do Ensino Primário

CAPÍTULO I

Do Ensino Oficial e do Ensino Livre

ART. 25º - O ensino primário é mantido pelos poderes públicos e é livre a iniciativa particular.

ART. 26º - A direção suprema do ensino primário no Estado de Pernambuco cabe ao Governador, auxiliado pelo Secretário de Estado dos Negócios de Saúde e Educação e pelo Diretor do Departamento de Educação.

ART. 27º - O ensino primário a cargo dos Municípios ficará sob a superintendência e fiscalização do Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde e Educação e do Departamento de Educação.

ART. 28º - As pessoas naturais e pessoas jurídicas de direito privado que mantenham estabelecimento de ensino primário, serão consideradas no desempenho de função de caráter público.

CAPÍTULO II

Dos sistemas de ensino primário

ART. 29º - Os estabelecimentos de ensino primário, públicos e particulares, registrados no Departamento de Educação, neste Estado, obedecerão a um só sistema escolar com a devida unidade de organização e direção.

ART. 30º - Em tempo oportuno será expedida a organização do ensino primário no que se refere ao planejamento do ensino em cada ano, à organização do plano de construção e aparelhamento escolar, ao magistério primário em geral (corpo docente e administrativo), aos órgãos técnicos para direção, orientação e fiscalização do ensino primário, à organização dos serviços de assistência aos escolares, à organização das instituições complementares da escola.

CAPÍTULO III

Dos tipos de estabelecimentos de ensino primário

ART. 31º - Os estabelecimentos de ensino primário, mantidos pelos poderes públicos, terão as seguintes designações:

I) - Escola isolada (E.I.) - escola com uma só turma de alunos dirigidos por um só professor;

II) - Escolas reunidas (E.R.) - escolas com duas a quatro turmas de alunos e números correspondentes de professores;

III) - Grupo escolar (G.E.) - estabelecimento de ensino com 5 ou mais turmas de alunos e número igual ou superior de professores;

IV) - Escolas Supletivas (E.S.) - estabelecimento onde se ministre o Ensino Supletivo, qualquer que seja o número de alunos e de professores.

ART. 32º - Nas escolas isoladas e escolas reunidas da Capital e do Interior do Estado, será ministrado somente o ensino elementar; nos grupos escolares poderão ser ministrados o curso elementar e o curso complementar, além do curso de jardim da infância; nas escolas supletivas será ministrado, apenas, o ensino supletivo.

ART. 33º - Aos estabelecimentos de ensino primário fundamental, mantidos por particulares, serão dadas as seguintes designações, in dependentemente de número de seus alunos e professores:

I) - curso elementar - quando ministre, apenas, o curso elementar;

II) - curso primário - quando ministre o curso elementar e o - curso complementar.

III) - curso supletivo - quando ministre o curso supletivo.

ART. 34º - As escolas só poderão ministrar o ensino referente aos cursos indicados pela designação que recebem. Se, em um mesmo prédio, foram ministrados o ensino fundamental e ensino supletivo , as classes dêste último formarão unidade à parte.

ART. 35º - Aos estabelecimentos de ensino primário só poderão ser atribuídos nomes de pessoas de caráter íntegro, já falecidas, que hajam prestado relevantes serviços à humanidade, ao país, ao Estado- ou ao Município.

ART. 36º - Nenhum estabelecimento particular poderá funcionar no Estado, sem que proceda registro no Departamento de Educação do Estado.

ART. 37º - No Departamento de Educação haverá um livro especial destinado ao registro gratuito de todos os estabelecimentos particulares de ensino.

ART. 38º - Para que se faça o registro, torna-se-á necessário - que o diretor do estabelecimento ou pessoa pelo mesmo responsável satisfaça às seguintes condições:

a) - prova de ser o estabelecimento de ensino dirigido por brasileiro nato;

b) - atestado de saúde e de idoneidade moral, social e técnica - das pessoas encarregadas da administração e do ensino;

c) - prova de que as instalações atendam às exigências higiênicas e pedagógicas;

d) - obediência aos programas e regimentos oficiais do ensino primário;

e) - remessa dos dados estatísticos ao Departamento competente.

CAPÍTULO IV

Do magistério primário

ART. 39º - Afim de obterem direito à nomeação de professor primário, os candidatos ao magistério deverão atender às seguintes exigências:

- a) - ser brasileiro nato;
- b) - ser maior de 18 anos;
- c) - gozar de boa saúde física e mental;
- d) - apresentar diploma de conclusão do curso normal.

Parágrafo único - A nomeação para a capital dependerá de outras que serão estabelecidas em regulamentação especial.

ART. 40º - Os cargos de diretores de escolas públicas primárias serão preenchidos de acordo com as determinações do art. 36 do Capítulo IV do Título IV da Lei Orgânica do Ensino Primário, Decreto-Lei nº 8529, de 2 de janeiro de 1946.

Das instituições complementares da escola

ART. 41º - Os estabelecimentos de ensino primário organizarão e instalarão instituições de finalidades educativa e de caráter assistencial e cultural como sejam:

- a) - Grêmios Literários;
- b) - Caixas Escolares;
- c) - Cooperativas Escolares;
- d) - Clubes Agrícolas Escolares;
- e) - Círculos de Pais e Mestres.

CAPÍTULO VI

Da construção e do aparelhamento escolar

ART. 42º - Os prédios destinados à instalação dos cursos primários, quanto à sua construção e aparelhamento, obedecerão às normas estabelecidas em lei.

TÍTULO V

Da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário

CAPÍTULO I

Da gratuidade

ART. 43º - O ensino primário é gratuito, nos estabelecimentos oficiais.

ART. 44º - Com o fim de desenvolver na criança espírito de solidariedade humana e de justiça social, organizar-se-á a Federação das Caixas Escolares.

ART. 45º - A organização do funcionamento e a da aplicação dos recursos das caixas escolares serão estabelecidas em regulamento próprio.

CAPITULO II

Da obrigatoriedade de matrícula e frequência escolar

ART. 46º - O ensino primário elementar é obrigatório para to das as crianças nas idades de 7 a 12 anos, tanto no que se refere à matrícula como no que diz respeito à frequência regular às aulas.

ART. 47º - São obrigados à matrícula e à frequência escolar as crianças que residirem no raio de dois quilômetros de cada de cada escola pública.

ART. 48º - Ficam isentas da obrigatoriedade estabelecida no art. anterior:

- a) - as crianças fisicamente incapazes;
- b) - as que recebem instrução particular;
- c) - as que obtiverem matrícula nas escolas.

ART. 49º - Os pais, tutores ou quem os substitua, são responsáveis pela matrícula e frequência das crianças obrigadas à escola primária.

ART. 50º - Estão sujeitos às penas constantes do art. 246 , do Decreto-lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940, (Código Penal) , os pais ou responsáveis pelos menores de 7 a 12 anos que, por incúria infringirem os preceitos da obrigatoriedade escolar.

ART. 51º - Incorrerão na mesma infração os patrões que, de - qualquer modo impedirem ou dificultarem que menores ao seu serviço frequentem a escola.

ART. 52º - O departamento de Educação Baixará regulamentos - especiais sôbre a obrigatoriedade escolar e organizará o Serviço de Cadastro Escolar, destinado ao registro dos movimentos de frequência e matrícula das escolas e ao estudo das causas que determinam as oscilações verificadas nêsse particular.

ART. 53º - Nas escolas isoladas, cuja matrícula não atingir ao efetivo estabelecido na organização geral do ensino primário , pela falta de crianças de 7 a 12 anos, serão admitidos à matrícula alunos que ultrapassarem a idade determinada.

TITULO VII

Das disposições gerais e transitórias

ART. 54º - Sempre que fôr necessário, os poderes públicos organizarão estudos e pesquisas especiais.